

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

12 a 18 de agosto de 1991 - nº 01

RESOLUÇÃO SOBRE A POLÍTICA INTERNACIONAL DO ANC (África do Sul)

A 48ª Conferência Nacional do ANC teve lugar em Durban, província de Natal, em julho de 1991. A conferência, que elegeu Nelson Mandela Presidente, tomou várias resoluções, inclusive uma sobre a política externa, cujo texto editamos integralmente nesta edição.

A resolução condenou o levantamento antecipado das sanções, premiando o regime, e apelou para a manutenção das mesmas até os obstáculos às negociações serem desmantelados, um governo interino seja instalado, e uma constituição democrática seja adotada.

O documento prevê também uma conferência internacional dos movimentos "anti-apartheid", além de uma campanha de mobilização com o objetivo de conseguir apoio material e financeiro para o ANC. No que diz respeito à questão de cooperação regional da África Austral, a Conferência se compromete a trabalhar em favor da inscrição de uma África do Sul livre e democrática em tais organizações regionais como SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) e PTA (Zona de Comércio Preferencial), e ao nível mundial, no Movimento dos Não-Alinhados, o FMI, e a Convenção de Lomé. (p.24).

MOÇAMBIQUE: NOVO FRACASSO NAS NEGOCIAÇÕES COM OS REBELDES. A GUERRA SEM FIM?

A Renamo, ao rejeitar as proposições dos mediadores, pôs fim à nona rodada de negociações entre ela e o governo moçambicano, que transcorria, em Roma, desde o dia 9 deste mês.

Os mediadores [Igreja Católica e governo italiano] haviam proposto que

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS —
CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e
Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

a Renamo reconhecesse o atual governo moçambicano e este, por sua vez, aceitasse conceder à Renamo um estatuto especial — diferenciado dos outros novos partidos emergentes — além de atender a outras reivindicações de caráter legislativo feitas pelos rebeldes. O governo do presidente Chissano aceitou as proposições. A Renamo recusou-as.

Novos massacres de civis foram cometidos pela Renamo no mês passado. Quinze pessoas foram fuziladas e algumas dezenas foram assassinadas à baioneta e expostas nas vitrines das lojas.

Essa guerra bárbara já provocou o deslocamento de 1,8 milhão de pessoas que se abrigaram nos países vizinhos e afetou, pela fome, um terço dos 15 milhões de moçambicanos. O seu custo já ascende a 15 bilhões de dólares, envolvendo não só infra-estrutura de comunicações como até postos de saúde e escolas. Cerca de 40% das crianças não puderam retornar às aulas no início do ano letivo.

A ajuda financeira internacional, que se aproxima a um bilhão de dólares por ano, está sendo insuficiente. Há um déficit alimentar de mais de uma centena de toneladas. A fome ainda foi agravada pela seca no Centro do país e pelas chuvas que alagaram o Norte.

O presidente Chissano, no governo desde 1986, [sucedeu a Samora Machel que morreu em outubro desse ano] tem feito o possível para reerguer a economia do país, inclusive com o apoio do FMI e do Banco Mundial, e fazer as pazes com os rebeldes. [A Renamo, não tendo chances de sair-se bem nas eleições, continua apostando na guerra]. (p.15).

MILITARES DO ANC A FAVOR DO DIÁLOGO (África do Sul)

O braço armado do ANC, UmKhonto we Siwze (A Lança da Nação), conhecido pela sigla MK, iniciou, semana passada, o seu primeiro congresso legal em território sul-africano.

O MK renovou o seu "apoio sem reservas" no processo de negociações do ANC com o governo de Klerk. Também solicitou à direção do ANC que trouxesse de volta o seu chefe do Estado Maior, Chris Hani, que havia sido liberado pelo ANC para retomar as suas funções no Partido Comunista sul-africano, do qual ele é um dos principais dirigentes.

[Hani, considerado um "duro", foi o candidato mais votado na eleição para a Executiva Nacional do ANC, realizada mês passado, com 94,7% dos votos, à frente de muitos líderes históricos. Ele havia sido "liberado" num gesto de moderação de Mandela.] (p.40).

CONFRONTOS ENTRE ULTRANACIONALISTAS BRANCOS E A POLÍCIA SUL-AFRICANA: A TERCEIRA GUERRA BOER

Pela primeira vez na África do Sul os ultra-racistas brancos abriram fogo contra policiais brancos, matando três deles e declarando "o início do levantamento boer" contra "a ameaça de Klerk-Mandela" (As duas guerras dos

boeres foram contra os ingleses no fim do séc.XIX e início do séc.XX).

Dois mil militantes da AWB (Movimento de Resistência Africânder) tentavam impedir um comício do Partido Nacionalista onde de Klerk discursaria. A iniciativa do tiroteio partiu dos ultra-racistas. Além dos policiais mortos, 36 brancos, dos quais oito policiais, ficaram feridos. O governo desmentiu a morte de dois negros atacados pelos racistas. O acidente ocorreu no dia 10 do corrente, em Ventersdorp, um reduto da AWB, a 400 Km de Joanesburgo. Várias outras organizações de extrema-direita apoiaram a ação da AWB. Esses movimentos não são suficientemente fortes para enfrentar o governo, mas podem desestabilizar as reformas de de Klerk.

Mandela pediu a interdição da AWB e denunciou que o governo usa as atividades da extrema-direita para enfraquecer o ANC. (p.38). Ver também as matérias: **Neonazis e Polícia Confrontam-se nas ruas** (p.39). **Terceira guerra dos boeres.** (p.37). **Extrema-direita preparada para enfrentar o governo.** (p.39).

PRINCIPIA VI CONGRESSO DA FRELIMO (Moçambique)

Ao mesmo tempo que o VI Congresso da Frelimo abriu os seus trabalhos no dia 6 de agosto, a Renamo rejeitou um "documento de princípios" já aceito pelo governo moçambicano, porque o mesmo implicaria o reconhecimento do Estado, do Governo e das leis atualmente em vigor. A Renamo provavelmente está a ser encorajada a tomar esta posição com o objetivo de pôr em causa os Acordos de Lusaka (de 7 de setembro de 1974). Isto podia implicar a anulação das leis da nacionalizações, inclusive, das habitações, [para abrir o caminho para um futuro e muito improvável governo da Renamo], que permitiria a recuperação de seus bens pelos chamados "espoliados", isto é os ex-colonos portugueses, que fugiram do país. (p.14).

NASTY IN NATAL (África do Sul)

Desde 1985, a luta entre o ANC e o Partido Inkatha provocou as mortes de mais de 6.000 negros na África do Sul. Chamada simplesmente de "violência entre negros", estes combates têm assumido o estatuto de obstáculo principal no processo de negociação atualmente em via no país.

Segundo as camadas brancas mais reacionárias, trata-se de uma simples e tradicional luta entre os zulus do Inkatha, liderado por Gatsha Buthelezi, e os xhosas do ANC, sob Nelson Mandela. O ANC, entretanto, desmente esta linha de análise, alegando que o governo financia não só a infraestrutura do Zwazulu, o bantustão controlado pelo Inkatha, mas o próprio Inkatha também (veja artigo p.29). Note-se que quando elementos do Inkatha atacam membros do ANC, os policiais apenas olham, em atitude de cumplicidade.

Mas existe também nas zonas rurais um medo autêntico do radicalismo dos jovens "camaradas" do ANC, que às vezes parecem fora do controle dos seus líderes. E isso, segundo a análise de The Economist é também um fator importante na criação de um clima explosivo. (p.29)

O DRAMA DOS NOVOS PARTIDOS .(Angola)

Adriano Botelho de Vasconcelos, dirigente do PRD (Partido Renovador Democrático), em fase de legalização, fala das dificuldades com que se deparam as novas organizações políticas angolanas face a uma sociedade bipolarizada entre o MPLA e a Unita. [O PRD é considerado como a expressão política da Associação Cívica de Angola (ACA) que primeiro se apresentou em Luanda como uma "terceira força".]

Vasconcelos afirma que "as regras do jogo ditadas pelo MPLA não facilitam o pluripartidarismo", dadas as exigências legais difíceis de cumprir. Ele caracteriza o PRD como um partido de esquerda liberal que deseja uma sociedade de mercado, não socializante.

O candidato do PRD à presidência da república é Joaquim Pinto de Andrade, presidente da ACA [ex-padre, foi preso pelo colonialismo português em 1961, quando se tornou presidente de honra do MPLA. Em 1974 liderou a "Revolta Ativa", uma dissidência do MPLA contrária à presidência centralizadora de Agostinho Neto]. (p.01).

MANUEL DOS SANTOS LIMA: "SOU CANDIDATO A PRESIDENTE DE ANGOLA".

Professor universitário há muitos anos no exílio, escritor, presidente do MUDAR (Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução), Santos Lima afirma que o seu partido defenderá o multipartidarismo e a justiça social. Ele reconhece que o MPLA e a Unita têm todos os meios à disposição. Um, porque é governo, o outro porque fez a guerra. Lima acha, contudo, que o seu partido tem chances pois "o próximo voto vai ser punitivo em relação aos beligerantes". Ele situou o MUDAR na área social - cristã, relacionado na Europa com as democracias cristãs.

Lima foi o primeiro oficial negro no exército português, de onde desertou em 1962. Foi o primeiro chefe militar do MPLA do qual se afastou em 1963: "o MPLA definiu-se como marxista", explicou ele. [O seu livro "Sementes de Liberdade" foi editado, em 1965, pela Civilização Brasileira.] (p.02).

SUPREMO TRIBUNAL REJEITOU FNLA (Angola)

Em virtude de declarações do representante da FNLA em Luanda, Leopoldo Trovoadá, segundo as quais o movimento teria seis mil homens armados em Angola, o Tribunal Popular Supremo de Luanda cancelou a inscrição da Comissão instaladora da FNLA. Holden Roberto, presidente do movimento, criticou Trovoadá, negando a veracidade de tal fato. O artigo aborda ainda as contradições da FNLA em seu processo de legalização, e o temor de um "esfriamento" das relações entre MPLA e UNITA, devido às violações do cessar-fogo cometidas pelo movimento de Savimbi. (p.04).

ANGOLA APRESENTA PLANO AOS DOZE

A Comunidade Económica Europeia (CEE) receberá em breve um relatório a ser elaborado pelo governo angolano e pela UNITA, via a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), estabelecendo as condições de desmobilização e de reintegração à vida civil de parte dos efetivos militares de ambos os lados. Peritos da CEE visitarão Angola para apreciar os estudos preliminares já em andamento. Portugal, Estados Unidos, Brasil e Zimbábue também apresentarão projetos de reintegração social dos militares desmobilizados. (p.05).

DISSIDENTES DA UNITA ACUSAM SAVIMBI DE FUZILAMENTOS E QUEIMAS (Angola)

Entrevista concedida por Manuel Adão Domingos, secretário-geral do Fórum Democrático Angolano (FDA), partido político constituído em sua maioria por jovens dissidentes da UNITA e que pretende lançar candidatura às próximas eleições. A agremiação é crítica também ao MPLA, acusando-o de partilhar com a UNITA o hábito de se livrar dos membros "indesejáveis". Há poucos dias, o FDA publicou na imprensa angolana a lista de nomes dos alegados crimes de Savimbi. (p.07).

INTELECTUAIS NA LINHA DE FRENTE (Angola)

Em sintonia com as transformações que estão ocorrendo em seu país os escritores angolanos, em sua maioria associados à União dos Escritores angolanos (UEA), começam a questionar a evolução dos acontecimentos, através de debates regulares, como as "Makas à quarta-feira", [makas é: discussão] organizados pela UEA. As alterações ocorrem também no campo do jornalismo, apesar do receio em declarar-se algo de novo, visto que não se sabe quem ganhará as eleições.

Existem vários projetos visando a elaboração de jornais [até agora existe só um, O Jornal de Angola, do Governo], destacando-se o dos independentes [na maior parte ex-militantes do MPLA] e o da Igreja Angolana, que prepara o lançamento de um jornal mensal. Um outro periódico seria dirigido pelo jornalista João Melo [com mestrado em jornalismo no Brasil, onde chefia a agência angolana de imprensa, ANGOP]. (p.08).

A TERCEIRA FORÇA ESTÁ POR SURGIR (Cabo Verde)

O recente congresso da UCID mostrou que inexistente a possibilidade do surgimento, a curto prazo, de uma "terceira força", capaz de apresentar-se como opção a PAICV e MPD. O pequeno número de delegados presentes, seu alheamento da realidade cabo-verdiana, os conflitos entre os membros do partido (que culminaram no afastamento do antigo presidente Lídio Silva) deixaram claro que a UCID não se constitui ainda numa alternativa política. (p.10).

ANJE VOLTA-SE PARA ÁFRICA APOSTANDO EM MOÇAMBIQUE

A Associação Nacional dos Jovens Empresários, portuguesa, prepara uma missão a Maputo, para tomar parte na FACIM (Feira Internacional de Moçambique), como parte de uma estratégia de investimento nos PALOP, objetivando apoiar o surgimento de uma nova geração empresarial em África, que manterá vínculos com Portugal. (p.18).

SÃO TOMÉ PREPARA DESVALORIZAÇÃO DA DOBRA

A crise econômica enfrentada por São Tomé e Príncipe, a mais grave de sua história, obrigou o governo a reunir-se com representantes da sociedade civil, em busca de apoio às medidas que pretendia pôr em prática, medidas essas preconizadas pelo FMI, e que são inegociáveis, caso o país queira receber um empréstimo desta instituição. Entre as medidas encontra-se uma forte desvalorização da moeda nacional, que causaria um forte abalo nos recursos dos cidadãos de São Tomé, e, embora o governo não tenha declarado publicamente que aceita as condições impostas pelo FMI, tudo indica que irá fazê-lo. (p.20).

A EUROPA DE LESTE FACE À ÁFRICA AUSTRAL

Os países ex-comunistas da Europa do Leste mantiveram uma posição durante longos anos, de afastamento absoluto da África do Sul e do seu regime minoritário. Hoje em dia, entretanto, as coisas estão correndo num outro caminho. Hungria e África do Sul já trocaram embaixadores. A Checoslováquia assinou um acordo permitindo o fabrico de aviões checos na África do Sul; a Polónia comprou 0,8 milhões de toneladas de ferro sul-africano no ano passado. Tudo isso além dos contatos rotineiros de governantes, homens de negócios, banqueiros, etc. Do lado dos europeus mais pobres, o motivo é que descobriram um mercado para os seus manufaturados que não podiam satisfazer os controles da qualidade CEE. Para os sul-africanos, cujo comércio internacional destina-se em 55% para a CEE, a necessidade é também identificar novos clientes antes da chegada do mercado comum de 1992. (p.21).

MAIS UMA VEZ O "HOMEM DE INTEGRIDADE" (África do Sul)

As escandalosas revelações de pagamentos secretos feitos pelo governo ao Partido Inkatha têm criado uma crise de confiança na África do Sul. Já que os pagamentos foram feitos pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, a pedido do Ministro da Lei e da Ordem, é difícil acreditar que o presidente de Klerk, ano passado tratado por Nelson Mandela como "um homem de integridade" não tivesse tomado conhecimento do fato.

O resultado imediato, porém, foi o afastamento de Magnus Malan (Defesa) e Adriaan Vlok (Lei e Ordem) para pastas de menor significado. Mas "Pik" Botha, comprovadamente responsável dos pagamentos clandestinos, permanece na Pasta dos Negócios Estrangeiros.

O ANC reclama, mas é obrigado a continuar com as pré-negociações, com um homem comprovadamente chefe de colegas mentirosos. (p.29).

ÁFRICA DO SUL: MANDELA A PENSAR NO FUTURO

No dia 9 do corrente, Nelson Mandela reuniu-se com os militares da Lança da Nação (MK) no capital de Venda, um presuportamente "independente" bantustão, e discursou sobre a sua visão do futuro imediato. A mesma podia incluir até um governo interino, reivindicado pelo ANC, dentro de 7 a 10 meses, e também uma integração da MK nas forças armadas de um país democrático. Elogiou o papel importante, no treino e desenvolvimento do braço armado, que tiveram países tais como Argélia, os da Linha da Frente, a URSS, a RDA, Cuba e China. (p.35).

"INKATHAGATE": A DERROTA TORNOU-SE VITÓRIA (África do Sul)

André Thomashausen [sul-africano, defensor da Renamo] analisa o escândalo do "Inkathagate" e argumenta que o Inkatha e "seu corajoso líder" Buthelezi foram "sacrificados" por razões políticas. A denúncia do escândalo corre grandes riscos, segundo ele, "tal como qualquer outra estratégia mais sofisticada". (p.36).

A IDÉIA FIXA DE MANDELA (África do Sul)

Quando da sua partida do Brasil, Mandela lançou um ultimato ao presidente de Klerk: a instauração de um governo transitório representativo, ou o ANC cessaria as negociações em curso. Essa exigência transtorna os planos de Klerk que pretendia convocar, nas próximas semanas, uma conferência multipartidária que trataria da próxima constituição do país. Ele contava utilizar essa conferência para aliar-se aos moderados negros, inclusive o Inkatha, e tentar isolar o ANC e a ultra-direita branca. (p.41).

ÍNDICE

<u>I. PALOP</u>	<u>PP.</u>
1. Angola.....	01-09
2. Cabo Verde.....	10-11
3. Guiné-Bissau.....	12
4. Moçambique.....	13-19
5. São Tomé e Príncipe.....	20
<u>II. ÁFRICA AUSTRAL</u>	
1. África Austral.....	21-22
2. África do Sul.....	23-41

Angola

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 6 AGOSTO 1991

O drama dos novos partidos

Jorge Heitor

Adriano Botelho de Vasconcelos, 35 anos, dirigente do PRD angolano, falou-nos das dificuldades que se deparam às novas formações políticas do seu país face a uma sociedade bipolarizada entre o MPLA e a UNITA.

Técnico de gestão e empresário, responsável pelo pelouro da Informação na Comissão Executiva Nacional de um novo partido ainda não legalizado, Adriano de Vasconcelos disse-nos que "a democracia ainda não é efectiva em Angola, onde se mantêm estruturas repressivas".

No seu entender, o Partido Renovador Democrático (PRD) e outras formações em fase de instalação vão ter muita dificuldade em entrar realmente em funcionamento, dado que "as regras do jogo ditadas pelo MPLA não facilitam o pluripartidarismo".

Segundo ele, a necessidade de cada novo partido apresentar um certo número de assinaturas em pelo menos 14 das 18 províncias do país é um forte entrave à legalização destes partidos, para já não falar dos problemas com a obtenção de fotografias e de atestados de residência.

NUM VASCONCELOS



Adriano de Vasconcelos recorda que o MPLA é o único partido angolano até agora legalizado

Vasconcelos, militante do MPLA até 1977 e depois disso adido cultural na embaixada de Angola em Lisboa, de 1986 a 1989, faz agora parte da comissão de 12 elementos que, sob a coordenação de Luís dos Passos, luta por todos os meios para a legalização do PRD.

PÚBLICO — Que espécie de partido pretendem ser?

R. — Um partido da esquerda liberal, que em termos portugueses ficaria equidistante do PS e do PSD.

P. — O que é que defendem?

R. — Um desenvolvimento económico com base na centralidade humana, tendo em conta a existência de grande pobreza no nosso país. Queremos as mesmas oportunidades para todos. Equidade. Queremos uma sociedade de mercado, não socializante. Mas não seguimos modelos ideológicos de outros: procuramos um modelo próprio.

P. — Alguns dos vossos elementos estiveram no

golpe de Nito Alves, em Maio de 77.

R. — Não pretendemos ser a continuação desse grupo. Alguns de nós andaram por lá; outros não.

P. — Que pensam da candidatura presidencial de José Eduardo dos Santos?

R. — Não representa uma magistratura de moral. Tem havido desvio de fundos de empresas públicas a favor do MPLA. Tem havido fraudes.

P. — Quanto a Jonas Savimbi?

R. — Representa uma fase trágica da sociedade angolana. Não oferece confiança democrática.

P. — Holden Roberto?

R. — É neste momento desconhecido por muitos angolanos, pelas camadas mais novas.

P. — Mas a FNLA já não tem qualquer peso em Angola?

R. — Não se faz sentir muito, mas tem condições de reaparecer. Há um sentimento pró-FNLA em certos sectores. Na sociedade angolana esse parti-

do tem um espaço próprio.

P. — Uma candidatura presidencial de Daniel Chipinda?

R. — Ainda não conseguiu mostrar que valores é que iria defender.

P. — Apolam portanto Joaquim Pinto de Andrade?

R. — Tem uma postura moral. Seria um Presidente capaz de forjar a unidade nacional, a tranquilidade e a equidade no desenvolvimento. Respeitaria a grande diversidade ideológica. Mas oficialmente o PRD ainda não tomou posição quanto a candidatura de Joaquim Pinto de Andrade. Estamos em contacto com ele.

P. — Se conseguirem vencer os entraves de que actualmente se queixam, que fatia do eleitorado esperam conquistar nas legislativas?

R. — Ambicionamos ficar acima dos 30 por cento.

P. — Com que programa se apresentam ao eleitorado?

R. — Moralidade, combate à corrupção, solidariedade. Que o Estado resolva os problemas mais graves. Que se acabe com a mortalidade infantil, se construam habitações e se desenvolva um sector económico privado forte.

P. — Se entrassem numa coligação, que pastas pretendariam?

R. — Temos muitos tecnocratas, quadros capazes para a Economia e Finanças de um país desorganizado como é Angola.

P. — Com quem é que estariam dispostos a aliar-se?

R. — Defendemos de facto a convergência entre vários partidos; mas ainda é prematuro definir um quadro de alianças. O que pretendemos para já é que se altere a lei dos partidos e que todos tenham igualdade de acesso aos meios angolanos de informação. ■

Manuel dos Santos Lima ao PÚBLICO:

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 7 AGOSTO 1981

“Sou candidato a Presidente de Angola”

João Heitor

Manuel dos Santos Lima, catedrático e escritor de 56 anos, natural do Bié, anunciou ontem ao PÚBLICO que é candidato à Presidência de Angola, nas eleições do próximo ano. O sexto nome a vir à baila, numa corrida que se adivinha muito disputada.

“**S**erei candidato às presidenciais. Salvo se, no interesse do povo de Angola, se perfilar outro candidato que o meu partido ache em condições de servir o país” — disse-nos Manuel dos Santos Lima, professor do ensino superior em Montreal, Rennes, Nantes e Santarém.

PÚBLICO — Que espécie de Presidente seria?

MANUEL DOS SANTOS LIMA — Um Presidente moderador. Quero para Angola um regime semi-presidencialista.

P. — Caçador especial do Exército português, formado em Lamego, desertor, fundador do Exército Popular de Libertação de Angola, dissidente do MPLA em 1963; qual o seu percurso?

R. — Depois de ter sido o primeiro comandante-chefe, afastei-me porque o MPLA ia falhar a sua tarefa. Definiu-se como marxista e eu não sou

marxista. Licenciiei-me e dou-torei-me em Lausanne. Lecionei literatura francesa no Canadá e literatura africana de expressão portuguesa na França. Quando em 1977 fui a Angola apreenderam-me o passaporte e não me queriam deixar sair.

P. — Em 1987 veio a criar o Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução (MUDAR).

R. — Uma delegação de angolanos vindos do interior contactaram-me, dada a minha coerência política e o impacto do meu romance “Os anões e os mendigos”.

P. — Mas, há tantos anos fora, não estará um pouco desfasado das realidades angolanas?

R. — Aqui em Portugal existe uma parte importante de Angola. Sam Nujoma

também esteve 35 anos fora. Vou agora, na próxima semana, por um mês; e depois lá me radicarei logo que possível. Os militantes do MUDAR pedem-me que vá. Sou um símbolo. Fui o primeiro negro na escola de Vila Teixeira de Sousa, hoje Luau. Fui o primeiro negro no Exército português. Fui o primeiro dissidente do Comité Director do MPLA.

P. — Que pretende o seu movimento?

R. — Combater a degradação constante da situação em Angola. Defender as liberdades individuais, o multipartidarismo e a justiça social. Estamos a tratar de nos inscrever como partido. E ainda só não tivemos uma actividade aberta em Angola porque há medo e existe um aparelho repressivo.

P. — O MUDAR e ou-

tros novos partidos têm alguma hipótese?

R. — Não fizemos a guerra. O próximo voto vai ser punitivo em relação aos beligerantes. Temos em Angola um recorde mundial de estropiados.

P. — Um ano vai chegar para a vossa implantação?

R. — Um ano não é suficiente, mas mais do que isso favorece o regime, que está a tentar refazer a sua imagem.

P. — Em que área se situa o MUDAR?

R. — Na área social-cristã, com uma boa parte de inspiração na doutrina social da Igreja, embora não veja que os africanos tenham de seguir os rótulos europeus. O fim deste século marca o fim das ideologias. Mas no relacionamento com a Europa estaremos preferencialmente

virados para as democracias cristãs.

P. — Satisfeito com os acordos de paz?

R. — Os acordos de Bicesse foram contra Portugal e contra os democratas angolanos. Portugal ficou em má situação face aos grandes interesses. A bipolarização será o impasse para Angola. O MPLA e a UNITA têm todos os meios à sua disposição. Um porque é Governo, a outra porque fez a guerra.

Política de alianças

P. — Os novos partidos estão pois em situação desvantajosa?

R. — Também em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde os partidos do Governo eram favoritos e perderam. Não creio que a guerra

favoreça alguém.

P. — Aceitam alianças com outras forças?

R. — O MUDAR tem como objectivo fazer alianças. Mas ainda não se apresentaram todos os futuros partidos. O leque não está completo. Não há o perfil nítido de cada partido. Não há garantias de se poder utilizar a comunicação social como se desejaria. Só a aliança dos democratas angolanos fará com que a campanha seja menos desigual.

P. — Que pasta prefeririam, num Governo de coligação?

R. — A da Educação, que é um campo prioritário. Temos mais de 90 por cento de analfabetos.

P. — Que pensa da candidatura presidencial de José Eduardo dos Santos?

R. — No seu lugar não me apresentaria, dado o falhanço dos governos a quem tem presidido.

P. — Que pensa de Jonas Savimbi?

R. — Tem um certo ideal, uma certa concepção de Angola, que não é a minha. Eu defendo um Governo de coligação, mesmo que tenhamos uma maioria. O primeiro Governo democrático angolano deve corresponder a todas as forças políticas.

P. — Qual a importância da FNLA e do seu presidente, Holden Roberto?

R. — Não conheço o seu peso eleitoral. Trata-se porém de um partido histórico, com toda a carga do seu passado.

P. — Também se pode pensar numa candidatura presidencial de Daniel Chipenda?

R. — Não tenho opinião... (e concluiu a resposta com risos, como se não levasse muito a sério tal política).

Pinto de Andrade

P. — Que opinião tem de Joaquim Pinto de Andrade?

R. — Tenho grande respeito pela sua estrutura moral e intelectual. Os próximos meses serão decisivos no sentido de clarificar a situação política angolana.

P. — Desistiria a favor de Pinto de Andrade?

R. — Poderia desistir a favor de qualquer outro candidato que o meu partido achasse em condições de servir Angola. Sou um homem de democracia e de paz.

P. — Quando visitar agora o seu país terá contactos com as autoridades?

R. — Tenho previsto um encontro com José Eduardo dos Santos. ■

O resultado

Minas de guerra estradas de paz

Logo ao primeiro anúncio de paz, começaram a abrir-se os caminhos de Angola e os camionistas voltaram a ganhar confiança nas estradas e picadas. Confiança relativa, convenhamos: a guerra abriu milhares de buracos em muitas vias de comunicação, destruiu pontes e semeou minas em quantidades que ninguém sabe precisar

Afonso Praça

QUANDO, AO FIM do primeiro mês de trabalho das equipas de desminagem, constituídas por militares das FAPLA (Governo) e das FALA (UNITA), se soube que tinham desactivadas ou destruídas mais de sete mil minas (anticarro e antipessoal) — o que permitia circular, sem grande risco, nas estradas principais, Angola respirou de alívio. Na altura os camionistas, aventureiros como sempre, já viajavam para Benguela, Huambo, Lobito, Benguela, Ambriz ou Malan-

Talvez para não alarmar ninguém, não foram divulgados oficialmente, pelo menos de início, dados concretos sobre minas desactivadas ou destruídas. Afinal, Angola era um país minado, e o trabalho das equipas foi considerado desde logo como muito positivo. Mas a verdade é que ninguém sabe quando será possível dar a missão como integralmente cumprida.

Encurtando explicações e não dispondo de dados concretos, um oficial superior das FAPLA disse a «O Jornal», no Lubango, que «só no Sul do País, deverá haver milhões de minas», acrescentando que «a desminagem completa só po-



UNITA em Luanda, pé ante pé «Viva o dr. Savimbi, nosso pai». Lê-se no tabique

de ser feita com tecnologia mais avançada, o que levará muito tempo».

O mesmo oficial referiu que, em muitos casos, «desapareceram os croquis da minagem ou morreram os oficiais responsáveis por essa missão», e acrescentou que, «sobretudo no Leste e no Norte, ainda há minas do tempo da guerra colonial». Em seu parecer, «ninguém estranhe-se daqui a vinte anos ainda morrer gente vitimada por minas».

Posteriormente, «O Jornal» apurou em Luanda que na região de Mavinga há cerca de 100 mil minas de plástico. A sua desactivação requer tecnologia de momento inexistente em Angola, tendo sido solicitada ajuda aos Estados Unidos, que teriam logo respondido afirmativamente.

Segundo o comandante das tropas governamentais na Província de Kuando-Kubango, tenente-coronel Adélio de Carvalho, só no Município de Kuito Canavale tinham sido localizadas 330 mil minas, em cuja desactivação trabalham equipas das FAPLA e das FALA. Além destas, estima-se que existam mais cerca de 250

mil, ainda não descobertas no final de Julho, e que foram colocadas pelas forças governamentais, cubanas, da UNITA e sul-africanas, durante os confrontos naquela região.

Militares «falamos» melhor

Segundo fontes ligadas à CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), «os trabalhos de desminagem tem-se decorrido em bom ritmo», prejudicado em alguns casos «pelos atrasos verificados noutros processos da concretização dos acordos de paz, nomeadamente o reagrupamento das forças de ambas as partes e da troca de prisioneiros». Isto verificou-se em vários pontos importantes, como é a via Kuito Cuanavale-Mavinga.

De qualquer modo, é geralmente reconhecido que, desde o início, o diálogo entre militares (das FAPLAS e das FALA) foi sempre mais fácil do que entre os políticos (do MPLA e da UNITA). «Mas isso é natural, falamos todos a mesma linguagem, e

isto sem desprimor para os políticos», disse a «O Jornal» o coronel Higinio Carneiro, chefe operacional do Estado-Maior das FAPLA.

Agora com 35 anos, Higinio Carneiro nasceu em Calulo (Kuanza Sul), descendente de um trasmontano, o avô, de Vinhas (Macedo de Cavaleiros). Era estudante de Agronomia (3º ano) quando ingressou nas Forças Armadas, e faz parte do grupo de jovens oficiais que mais se bateram pela paz. Defende sem reticências a subordinação dos militares ao poder civil, manifesta-se preocupado com os atrasos que se estão a registar e elogia o papel dos militares portugueses: «Penso que é um papel muito positivo. Para além de terem um bom conhecimento de Angola, a sua relação com os angolanos permite uma maior aproximação e um melhor entendimento, e facilita o trabalho em que todos estamos empenhados».

Quanto ao futuro, não sabe. Limita-se a dizer: «Pode ser que continue nas Forças Armadas». A opinião generalizada, no entanto, é a de que o coronel Higinio, pelas suas qualidades (militares, humanas e intelectuais), poderá ter um lugar de relevo no futuro exército nacional. Digo-lhe isto mesmo, e ele acaba por confessar: «É possível, mas eu gostava de continuar a estudar e depois dedicar-me à agricultura».

Para o coronel João de Matos, agora comandante da Frente Sul (Lubango, ex-Sá da Bandeira), depois de ter comandado a Frente Leste durante a guerra, também o futuro não está definido. Natural de Sanza Pombo (Uíge), estudou no Liceu de Luanda, e é provável que continue nas Forças Armadas: «Sou militar de carreira, logicamente estarei subordinado às decisões do Governo. Pessoalmente, gostaria de ter uma vida mais pacífica».

Segundo João de Matos, a subordinação ao poder civil «é matéria pacífica entre os militares». Diz: «Os militares foram aqueles que de forma mais aberta enfrentaram o processo de paz, foram eles que sofreram mais directamente as consequências da guerra, e logicamente há uma grande predisposição da sua parte para se subordinarem ao poder civil. É preciso mentalizar ainda muita gente, é certo, há necessidade de despartidarizar muito pessoal, mas por parte das FAPLA, vai ser fácil. Gostaria imenso que o mesmo acontecesse por parte da UNITA».

O tenente-coronel Fernando da Fonseca Kahossy, comandante da Zona Militar do Cunene, é que já decidiu. Antigo furiel miliciano do Exército Português, responde prontamente quando lhe perguntou como vai ser o futuro: «Vou passar à peluda». Estudou no Liceu Diogo Cão,

em Sá da Bandeira, onde o pessoal andava de capa e batina e até havia praxe académica como em Coimbra: foi professor, andou em guerras, uma pancadaria de anos. Acredita no processo de paz, e pensa dedicar-se à pecuária na terra onde nasceu, a Chibinda, perto do Lubango. Confessa com ironia: «Estou farto de andar de botas e fardado».

Também da parte da UNITA os militares estão cansados, confirma o brigadeiro Correia Vítor, natural do Golungo Alto, ainda primo de Lopo do Nascimento: «É isso, os militares estão cansados da guerra, e muitos querem abandonar, dedicar-se a actividades civis, prosseguir estudos interrompidos».

Para ele, os acordos de paz deram-lhe uma grande alegria: permitiram-lhe abraçar a mãe, ao fim de 16 anos, quando chegou a Luanda, integrado na delegação da UNITA, e reencontrar o irmão, do qual nunca mais tinha sabido nada. Ironia do destino: o irmão é correspondente do «Jornal de Angola» no Lobito.

Todos estão, no entanto, conscientes de que o processo de paz é complexo, nomeadamente a formação do exército nacional. Mas todos sabem também que a paz merece todos os sacrifícios. Foram eles, afinal, os que mais sofreram com a guerra.



General Ben-Ben e coronel Higinio Carneiro FALA e FAPLA juntas. O negócio é mesmo entenderem-se

Angola

Supremo Tribunal rejeitou FNLA

O TRIBUNAL Popular Supremo suspendeu ontem a inscrição da Comissão Instaladora da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), um dos três movimentos que subscreveram os acordos de Alvor. A decisão do TPS ficou a dever-se ao facto de Leopoldo Trovoada, representante da FNLA em Luanda, ter afirmado recentemente que o seu movimento possuía seis mil homens armados.

Segundo o juiz presidente do Supremo, João Felizardo, este anúncio contraria a lei dos partidos políticos, que não permite a existência de forças militarizadas em organizações políticas, motivo pelo qual o registo da FNLA fica suspenso até esclarecimentos "inequívocos" da situação dos tais seis mil homens armados.

Holden Roberto, o presidente da FNLA, disse a partir de Paris desconhecer a existência de uma organização militar pertencente ao seu movimento e que as afirmações do seu representante em Luanda deviam ser entendidas como uma opinião pessoal, não engajando a organização. Em declarações à rádio oficial angolana, o líder da FNLA — que é esperado na próxima semana em Luanda — responsabilizou Trovoada pelo incidente, mostrando-se mesmo zangado com as afirmações do seu representante. "Trovoada não é o responsável da FNLA, eu é que sou. Se fosse eu a dizer isso, tudo bem, mas nós sabemos que existem homens armados em Angola, só que não são da FNLA", disse.

Leopoldo Trovoada voltou ontem ao Tribunal Supremo na expectativa de ser recebido pelo juiz Felizardo para tentar esclarecer as suas declarações, a fim de permitir a inscrição do seu movimento, que poderia coincidir com a vinda de Holden Roberto. O representante da FNLA em Luanda tem protagonizado alguns "incidentes" deste tipo. Antes havia desmentido a informação veiculada pelo PÚBLICO segundo a qual o seu movimento se aprestava a inscrever-se no TPS antes mesmo do MPLA e da Unita.

"A FNLA não vai inscrever-se, pois assinou os acordos de

Alvor e tem toda a legitimidade de funcionar" disse. Dias depois era o próprio Holden Roberto a afirmar que o seu movimento cumpriria com todas as disposições contidas na lei dos partidos políticos e que se registaria tal como as demais forças políticas.

Esfriamento à vista

Enquanto isto, as relações entre o MPLA e a UNITA poderão esfriar nos próximos dias, com o acumular de denúncias de casos de violações aos acordos de cessar-fogo pelos homens de Jonas Savimbi.

O último e talvez o mais grave episódio registou-se ontem, quando o governador de Malanje, Ernesto dos Santos, foi impedido por brigadas da UNITA de se deslocar ao interior da província para se inteirar das obras de restauração de uma ponte destruída pela própria UNITA nos violentos tempos de guerra. Alegando esperar orientações superiores, os militares montaram uma barricada na estrada e não deixaram a comitiva governamental seguir para a região de Cacusó. Segundo relato de testemunhas, o posto foi montado quase que propositadamente, uma vez que nunca lá esteve instalado.

Estas situações têm gerado um certo mal-estar entre a população, que começa a ficar apreensiva quanto aos propósitos da Unita, sobretudo quando a rádio oficial tem insistido nos últimos dias nos avultados gastos que a delegação que veio da Jamba está a fazer nos hotéis onde se encontra instalada. Só em Luanda os gastos ascendem a um milhão de dólares e no Huambo a seis milhões de Novos Kwanzas, sem que ninguém saiba quem irá cobrir as despesas.

Entretanto, chegou hoje de madrugada a Luanda o líder do Partido Angolano Independente (PAI), Adriano Parreira, de 39 anos, que se encontrava em Portugal e que vem tratar de legalizar a sua força política, uma das muitas que actualmente se tentam impor no complicado panorama de um país em fase de pacificação. ■

Vitor Silva, em Luanda

Integração de militares

Angola apresenta plano aos Doze

**Gustavo Costa
em Luanda**

O GOVERNO angolano e a UNITA, através da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), deverão apresentar em breve à CEE um extenso relatório de necessidades para a reinserção na vida civil dos efectivos a desmobilizar pelas FAPLA e pelas FALA.

A CCPM criou para o efeito um grupo técnico que procede, neste momento, ao estudo do quadro geral da situação, que deverá ser objecto de uma apreciação preliminar pelos peritos que a CEE irá enviar ao país.

O EXPRESSO apurou que, neste momento, existem pelo menos quatro países (Portugal, Estados Unidos, Brasil e Zimbábue) que concorrem à apresentação do projecto mais viável para a reintegração social dos desmobilizados. O Governo prepara-se para desenvolver iniciativas próprias, contratando 700 desmobilizados das FAPLA e das FALA na reconstrução e posterior manutenção dos caminhos-de-ferro de Luanda e, simultaneamente, absorvendo cerca

de uma centena de famílias que serão integradas num projecto de reabilitação agrícola de várias parcelas de terra, que lhes serão cedidas por todo o território nacional.

O processo de formação do Exército angolano poderá, entretanto, vir a conhecer neste fim-de-semana uma nova fase, com o início do acantonamento das tropas do exército governamental e das FALA. O clima de cordialidade reinante nas hostes militares de ambos os lados permitiu aprofundar, com relativo sucesso, o trabalho de inspecção das infra-estruturas onde serão aquartelados os dois exércitos.

A discussão da calendarização do processo eleitoral poderá vir a ser pacífica, havendo, segundo uma fonte da CCPM, grande convergência de posições entre as propostas do Governo e da UNITA, que divergem apenas quanto ao período da sua implantação.

Dívida militar é pomo de discórdia

Esta situação de aparente bom entendimento não é, po-

rém, partilhado com o mesmo entusiasmo por círculos oficiais, mais reticentes face ao alegado clima de crescente intimidação atribuído à UNITA em diferentes regiões do país.

Depois de supostos espancamentos de pessoas na Huila e da captura e abate indiscriminado de gado pertencente aos camponeses da zona de Benguela, o cenário agravou-se esta semana com a interdição, por parte de militares da UNITA, da deslocação do governador da província de Malange a algumas localidades do interior. «Seria uma ilusão pensar que este processo poderá rolar sem espinho pelo meio», advertiu uma fonte militar governamental, aludindo às crescentes dificuldades que as autoridades oficiais enfrentam para exercerem funções de administração em todo o território.

Entretanto, o Governo reagiu esta semana violentamente às declarações do representante da UNITA na CCPM, que recusa qualquer responsabilidade de Angola no pagamento da sua dívida militar a Cuba e à União Soviética, calculada em

cerca de 4,5 milhões de dólares. O vice-ministro angolano das Relações Exteriores, Pinok Eduardo, acusou a UNITA de estar a resvalar «para um exercício eleitoralista, procurando desviar a atenção da opinião pública sobre o seu comprometimento com a África do Sul e os Estados Unidos», que, segundo uma fonte diplomática angolana, teriam começado a pressioná-la, ao apresentarem agora a factura pelo apoio prestado durante a guerra.

Também o conselheiro da embaixada soviética em Luanda se insurgiu contra a pretensão de Salupeto Pena de exigir a indemnização à URSS e a Cuba pelos «prejuízos causados» no conflito angolano, declarando ter os acordos entre estes países e Angola decorrido de «actos soberanos de governos internacionalmente reconhecidos».

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE AGOSTO DE 1991

Angola libertou presos de guerra

ANGOLA libertou ontem 124 presos de guerra: 80 em Viana, perto de Luanda, e 44 na Jamba, quartel-general da UNITA, havendo entre estes últimos 12 oficiais das Forças Armadas.

Os dirigentes da UNITA que assistiram à libertação declararam que o processo vai continuar e que não conhecerá mais entraves até à total libertação de todos os presos, conforme previsto nos acordos de paz que foram assinados em Portugal.

No entanto, não foi possível à delegação governamental contactar outros presos, ao contrário do que ficara combinado na sub-comissão política da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que preside à aplicação dos acordos de paz.

Em Luanda, à chegada, o avião que vinha da Jamba foi

para o fundo da pista e o antigos presos seguiram de autocarro para um designado "Centro de Recolha", enquanto o vice-ministro do Interior, Fernando Piedade, "Nandó", se afirmava agora mais satisfeito com o evoluir dos acontecimentos.

Entretanto, porém, era conhecida a notícia de que, em acidente na província do Zaire, caíra um helicóptero com oito pessoas, incluindo o bispo de Mbanza Congo, D. Afonso Nteka, que morreu.

Por outro lado, as Forças Armadas angolanas estão a ser remodeladas, indo o coronel Alberto Neto, até agora comandante da Força Aérea, para Chefe do Estado-Maior General, em substituição de António dos Santos França, "N'dalu".

Para o lugar de Alberto Neto na Força Aérea vai o

general Leal Monteiro, "N'gongo", que teve participação muito activa nas grandes ofensivas dos anos 80 contra a UNITA, sendo depois disso director do MPLA para os órgãos de Defesa e Segurança e comandante da frente norte.

Comandante da Marinha

Gaspar Rufino, jovem oficial da Marinha, será confirmado como comandante deste ramo, função que desempenha interinamente desde que o contra-almirante Condesa de Carvalho foi preso por acusação de homicídio.

Novidade na remodelação será a indicação do coronel João de Matos como comandante do Exército, cargo que nunca existiu nas Forças Ar-

madas angolanas. É um dos oficiais que se distinguiram nos últimos anos da guerra, sobretudo na batalha de Mavinga, que dirigiu com êxito, segundo a parte governamental, ou sem êxito, na opinião da UNITA.

O novo comandante do Exército é considerado "um duro" e parece estar a ter um papel importante nas discussões ao nível das várias comissões militares criadas pelos acordos de paz.

Todos os oficiais que vão para altos cargos serão promovidos às patentes imediatamente superiores, aumentando assim o número de generais do lado do Governo, que actualmente são 10, incluindo "Iko" Carreira, antigo ministro da Defesa que em Madrid está a recuperar de uma trombose que o afastou da cena política.

Na próxima semana, tropas do MPLA e da UNITA iniciam o acantonamento em 51 postos definidos pelos acordos, dias depois de ter regressado ao país o Presidente José Eduardo dos Santos, que esteve algumas semanas de férias na França.

Campanha eleitoral

José Eduardo dos Santos é um dos candidatos às eleições presidenciais do próximo ano, tal como aliás Manuel dos Santos Lima, responsável pelo Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução (MUDAR), que durante o fim de semana chegou a Luanda — vindo do exílio — para se encontrar com todas as demais forças políticas.

"Os angolanos têm de aprender a falar uns com os outros" — disse ao PÚBLICO aquele candidato, que tenciona ser recebido pelo actual Presidente da República e deslocar-se à sua terra natal, o Bié.

No entanto, Manuel dos Santos Lima acrescentou que o núcleo do MUDAR em Luanda continua a ter muito medo de se manifestar em público, "porque ainda há repressão" e "o jogo está viciado à partida".

Outras pessoas que já manifestaram a intenção de se candidatar à Presidência incluem os líderes da UNITA, Jonas Savimbi, da FNLA, Holden Roberto, e da Associação Cívica Angolana, Joaquim Pinto de Andrade. ■

Vitor Silva,
em Luanda

DISSIDENTES DA UNITA ACUSAM SAVIMBI DE FUZILAMENTOS E QUEIMAS

Na sua grande maioria são jovens dissidentes da UNITA. Constituíram um partido — Forum Democrático Angolano, FDA. Os seus membros preferem dizer que são "angolanos interessados na mudança real do país".

Em Luanda conversámos com Manuel Adão Domingos, secretário-geral. É um jovem cheio de vida. Arguto e inteligente, falando com o b-vontade da instrução e vivência europeias. Torne-se polémico ao acusar directamente a UNITA e o MPLA de se livrarem dos "indesejáveis". Garante que o Forum vai candidatar-se às próximas eleições, que já está a mobilizar adeptos nas Províncias angolanas.

É a entrevista que a seguir apresentamos.

CM — Crê que o MPLA está, de facto, a criar abertura política?

MAD — Claro que sim. Já existe. Os senhores estão em Luanda, podem verificar que é verdadeiro o que acabo de afirmar. Aliás, se não houvesse real abertura política, eu não estaria aqui com toda a confiança conversando convosco. Pensaria duas vezes, pois corria o risco de ser preso logo a seguir. Não há dúvida de que o governo está a cumprir com o estipulado nos acordos do Estoril. Agora, cabe chamados partidos emergentes, ou pequenos partidos, galvanizar a população. Cativá-la para as suas propostas.

CM — O que está o FDA a fazer nesse sentido?

MAD — Não estamos de braços cruzados. Estamos a trabalhar. Temos equipas distribuídas em todas as Províncias angolanas, além de delegados nas principais cidades europeias, incluindo Lisboa.

CM — Aqui em Luanda, fala-se muito na possibilidade dos partidos emergentes constituírem uma aliança, uma frente. O PDLA está nessa disposição?

MAD — É prematuro falar a esse respeito. Já estão formados, como se sabe, vários partidos políticos angolanos. A verdade é que existem somente em sigla. Em termos concretos ninguém sabe qual o programa que cada um deles propõe. Não estou a dizer que o FDA não venha futuramente a fazer uma aliança. Mas para isso, e porque alianças exigem coincidência política e de pontos de vista, teremos primeiro de saber aquilo que os possíveis aliados pensam fazer.

CM — Sempre é verdade que são dissidentes da UNITA?

MAD — Acima de tudo somos angolanos. Lutamos pela democracia. Movem-nos o interesse e a vontade de vermos Angola mudar realmente.

CM — Quem vos apoia? Há quem diga que é o próprio MPLA...

MAD — Isso é um disparate. As mesmas críticas que dirigimos à UNITA, dirigimo-las também ao MPLA. Ao longo dos anos temos vindo a avisá-los dos graves erros que cometiam. Quem nos apoia são os angolanos. O povo deste país está farto de quem fez a guerra. Está farto de ver soldados armados.

CM — Desculpe insistir. No passado, foram ou não militantes da UNITA? Reforço a pergunta, porque li há meses uma carta do vosso presidente a Chester Crocker, na qual ele se apresentava como dissidente da UNITA...

MAD — É verdade que o Forum tem na sua liderança muitos membros que pertenceram à UNITA. O nosso presidente Jorge Chicoti, Alípio Parreira, Assis Malaquias, Dinho Chingunjil, Armelindo Canjungo e André Yamba-Yamba. E outros mais. São jovens que militaram e



Jonas Savimbi é alvo de graves acusações

foram estudantes da UNITA.

CM — Estão em Angola?

MAD — Por enquanto não. Alípio Parreira está em Portugal, Assis Malaquias no Canadá, Dinho Chingunjil em Londres, Armelindo Canjungo e André Yamba-Yamba estão na Suécia.

CM — Quais as razões que motivaram o vosso afastamento?

MAD — A certa altura sentimos que os ideais que estávamos a defender haviam sido violados e alastamo-nos. Sobre tudo, pelos abusos contra os direitos humanos. De uma forma sistemática.

CM — Que fizeram, perante essa verificação?

MAD — Optamos por uma alternativa realmente democrática. Primeiro, criamos um movimento para a defesa dos direitos humanos. Depois surgiu o Forum. Quando o constituímos, elaborámos uma longa lista de propostas para a solução do caso angolano que enviamos à UNITA e MPLA.

CM — Propostas de que género?

MAD — Defendíamos para Angola a solução política e não a armada. O tempo provou que estávamos certos. Nem a UNITA derrotou militarmente o MPLA nem o MPLA acabou militarmente com a UNITA. A guerra só serviu para sacrificar o povo, destruir o país. Devo acrescentar que nessas propostas sempre condenámos o monopartidarismo.

CM — Voltando às ligações. Dado que, de certa forma, a vossa raiz política é muito semelhante à do PRD, que aglutina os sobreviventes da revolta dos fraccionistas que se opôs ao MPLA, admitem juntar-se a eles?

MAD — É prematuro falar. Mas sinceramente, com o PRD não estou a ver futuro.

CM — O que pensa da FNLA de Holden Roberto?

MAD — Penso que tem todo o direito e deverá participar nas eleições. A Frente terá sempre lugar em Angola, pelo seu passado de luta anti-colonial. Afastia-se

do processo de democratização angolano seria uma injustiça, tanto mais porque tem bastante representatividade no Norte de Angola.

CM — Ainda voltando ao facto de serem dissidentes. O ano passado, em Lisboa, apareceram vários cartazes pedindo à UNITA a libertação de Tito Chingunjil e Fernando Wilson, supostamente presos na Jamba. O que sabem deles?

Manuel Adão Domingos, quando, em Luanda, falava ao "CM"



MAD — Estão vivos. Temos a certeza. Houve gente da Cruz Vermelha que esteve com eles recentemente. Com eles e com outras pessoas que fugiram da Jamba, das quais ninguém sabia o paradeiro, como os irmãos de Jorge Sangumba.

CM — Por falar no dr. Jorge Sangumba que bem conhecemos no passado. Ele faz parte de longa lista de nomes de pessoas, cujas mortes o vosso partido atribui responsabilidade à UNITA. Pessoas que — como acusam — foram queimadas e fuziladas. Tomam plena responsabilidade desta grave acusação?

MAD — Toda a responsabilidade. Temos do nosso lado a verdade. Um dia, como se diz em Portugal, a verdade virá ao de cima como o azeite. Não se esqueça que muitos de nós afastamo-nos da UNITA por violações contra os direitos humanos. Sabemos como as coisas se passaram.

CM — O MPLA também se livrou de alguns dos seus indesejáveis...

MAD — Claro que sim. Ordenou que passassem a cadáver muitos dos que se opuseram à sua política. Lembremo-nos das mortes e das perseguições posteriores à tentativa de golpe de estado dos fraccionistas de Nito Alves. Porém,

devo acrescentar algo que é muito importante nesta fase de democratização e pacificação do país. O MPLA de hoje não é o mesmo MPLA do passado. Houve mudanças significativas e louváveis. Os dirigentes do MPLA reconheceram os erros e estão a esforçar-se por mudar.

CM — E a UNITA?

MAD — A UNITA será sempre igual. Gira à volta do culto da personalidade de Savimbi. Quem se atreveu a ser do contra pelo menos nos tempos antes da paz, perdeu a vida ou teve de fugir. A UNITA pratica a política do medo, quem é contra Savimbi está acabado.

Posteriormente a esta entrevista, quando já nos encontrávamos em Portugal, o FDA publicou na imprensa angolana a lista de nomes dos alegados crimes de Savimbi. Deixamos a constar, entre muitos, o dr. Jorge Sangumba e engenheiros Vakulukuta e Mateus Catalão. Embora a tenhamos em nosso poder não a divulgamos. Mas adiantamos que incluí, não apenas os nomes dos alegados executados, como também os nomes dos possíveis executores. Ano a ano como se as penas foram consumadas. Deixamos o assunto para os angolanos resolverem. Roupa suja lava-se em casa.

Texto: Lumena Martins
Foto: Jorge Paula

A paz é top de vendas em Angola

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 12 AGOSTO 1991

Intelectuais na linha da frente

José Eduardo Agualusa

Angola agita-se. Ultrapassa uma primeira fase de alguma euforia e muita perplexidade os intelectuais angolanos começam a questionar a evolução do país. Multiplicam-se as iniciativas culturais e os projectos editoriais. Após uma longa ausência os escritores estão, de novo, a impulsionar as mudanças.

O último número do jornal "Lavra & Oficina", propriedade da prestigiada e influente União dos Escritores Angolanos (UEA), de que o escritor Luandino Vieira é o secretário-geral, dirigiu a alguns dos seus membros a seguinte questão: "Neste mundo que está a mudar tão rapidamente, transformações a que o nosso país não pode naturalmente ficar indiferente, como entende o papel do escritor?"

Alguns, como Joffre Rocha (pseudónimo literário de Roberto de Almeida), durante muitos anos considerado o principal chefe da linha dura dentro do MPLA, entende que o escritor "deve continuar a assumir um papel construtivo a favor da paz, da harmonia e da solidariedade entre os homens e da libertação completa dos povos". Outros assumem uma posição de aberta contestação à forma como, no passado, os intelectuais angolanos, e a UEA, intervieram na vida pública. O poeta e antropólogo Arlindo Barbeiros, antigo guerrilheiro do MPLA, hoje ligado à Associação Cívica Angolana (ACA), afirma que a função do escritor e da UEA deveria ser, "em primeiro lugar, o de consciência crítica, o que a UEA não conseguiu ser até agora", isto é, "uma associação indepen-

dente da sociedade civil, portanto sem nenhuma relação privilegiada com o Estado, o que também não ocorreu até agora".

A UEA retomou a organização de debates semanais, as "Makas à Quarta-Feira", que no passado foram um dos raros espaços de discussão no meio intelectual de Luanda. As makas foram alargadas a temas não literários, como a economia e o desporto, e têm contado com a participação de largas dezenas de pessoas, sobretudo estudantes do ensino superior.

Escritores dirigem jornais

Também ao nível da imprensa muita coisa está a mexer. O diário "Jornal de Angola", desde 1976 o único diário angolano, mudou de imagem gráfica e está a fazer um esforço convincente no sentido de alterar a sua política editorial.

O rosto de Agostinho Neto, com a legenda, "Líder Imortal da Revolução Angolana", deixou de figurar no cabeçalho da publicação, desaparecendo também as mensagens de carácter político que com frequência eram utilizadas para preencher espaços vazios. O novo director do "Jornal de Angola", o poeta David Mestre — que sucedeu a Adelino de Almeida, considerado um ortodoxo — disse ao PÚBLICO que o jornal está em excelente situação financeira e deverá ainda sofrer novos melhoramentos no aspecto gráfico.

As notícias sobre as actividades da UNITA e dos movimentos da oposição não-armada surgem quase todos os dias, a par com aquelas que se referem ao MPLA ou ao governo. Porém, o movimento de Jonas Savimbi tem vindo a ser atacado, directamente ou de forma encoberda, pela generalidade dos cronistas permanentes do jornal, entre os quais se contam os escritores Manuel Rui Monteiro e Pepetela, este último a residir na Alemanha, país que lhe ofereceu uma bolsa de um ano para desenvolver um novo projecto literário.

Em declarações ao PÚBLICO, um elemento da redacção do "Jornal de Angola" lamentou uma certa quebra na qualidade da informação nacional, explicando que a generalidade das pessoas tinha receio de prestar declarações: "Após um curto período de euforia, durante o qual era fácil obter entrevistas e informações, as pessoas voltaram a retrair-se porque têm medo de, no futuro, essas declarações virem a ser utilizadas contra elas. O problema — acrescentou — é que ninguém sabe quem vai ganhar as eleições..."

Entretanto o MPLA lançou em Luanda o semanário "O Progresso", dirigido por outro conhecido nome da literatura angolana, o poeta e contista António Cardoso. Por outro lado, personalidades ligadas ao partido no poder vêm tentando criar, desde o princípio do ano, outro jornal diário, "O Liberal", apontando-se o nome de Adelino de Almeida para director da nova publicação.

Entre os independentes comenta-se em Luanda a existência de vários projectos, um dos quais encabeçado mais uma vez por um membro da UEA, o escritor João Aníbal Melo, que há duas semanas publicou um novo título, "Jornalismo e Política", longo ensaio sob a prática jornalística em Angola. Também a Igreja angolana prepara o lançamento de um jornal mensal e, inevitavelmente, pensa num escritor para o dirigir: Jorge Macedo. Curiosamente à Igreja se deve a recente publicação de um dos maiores "best-sellers" desde a independência: "O Cristão e a Política", edição da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAS), que no espaço de dois meses esgotou cinquenta mil exemplares; aguarda-se agora o lançamento de um novo título da CEAS, "O Papel do Leigo na Política", da autoria de Joaquim Pinto de Andrade.

Outro título que despertou a atenção dos angolanos foi "Os Acordos de Paz de Angola": colocado à venda numa das principais livrarias de Luanda esgotou 500 exemplares em apenas três horas. ■

Comércio da Porto

12/AGOSTO/1991

ANGOLA: GOVERNO E UNITA TROCARAM PRISIONEIRO

Quarenta e quatro prisioneiros de guerra foram trazidos da Jamba para Luanda pela Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) para o cessar-fogo em Angola, enquanto o Governo libertou 79 presos da Unita.

"Isto parece um sonho", disse um de três pilotos libertados para os seus dois parceiros de fila a bordo do avião que os trazia para Luanda, olhando o modesto tabuleiro de "snack" que lhe serviu o almoço.

O brigadeiro Correia Vítor, responsável da Unita pela questão dos prisioneiros na delegação da CCPM, disse à Lusã que a fracassada audição na Jamba de um número indeterminado de presos de guerra se deveu a "um lapso de comunicações" entre a

Unita/Luanda e a Unita/Jamba.

Fonte governamental disse à Lusã que a delegação da Unita em Luanda tinha mesmo pedido que fossem previstas pelo menos oito horas de estada na Jamba, tendo em conta o tempo previsível para a audição dos presos.

Correia Vítor salientou que "a outra parte (governamental) não levantou problemas", tendo em conta o lapso confesso, e que a questão deverá ser resolvida a nível bilateral.

A próxima reunião formal da CCPM será amanhã.

A delegação governamental na CCPM, chefiada pelo vice-ministro do Interior, Fernando Piedade dos Santos "Nando", e que inclui o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura,

optou por atitude conciliadora.

A questão dos presos tem sido motivo de tensão desde 21 de Julho passado, data prevista para a primeira entrega de presos pela Unita e que foi cancelada à última hora.

Entretanto, foram libertados 187 presos pelo Governo e 104 pela Unita, além de um piloto de caça, que declarou extemporaneamente a vontade de vir para Luanda, quando estava integrado num "grupo de amostra" de militares governamentais convertidos à Unita.

Foi depois obtida pelo Governo a garantia de reaudição dos prisioneiros, reafirmando o desejo sobre o destino final perante a Cruz Vermelha Internacional.

As opções de destino dos prisioneiros têm sido postas

em causa pelo Governo, dada a esmagadora maioria que prefere manter-se na Jamba, e alegações de que alguns dos presos foram pressionados na escolha pela sede da guerrilha.

Tal como ao piloto pareceu "um sonho" um tabuleiro de plástico com uma refeição ligeira no colo, "não real" pareceu a outros presos a viagem para a capital no barulhento e atravancado "Hércules C130" da "Taag Charter" e a chegada a Luanda. O grupo incluiu doze oficiais, a patente mais alta um capitão, elementos da Organização de Defesa Popular (ODP) e alguns civis. São parte dos mais de um milhão de prisioneiros de guerra que o Governo de Angola presume na posse da Unita.

Luanda e UNITA trocam presos

Correio da Manhã - 12/08/91

PÚBLICO
SÁBADO, 10 AGOSTO 1991

Angop faz paralisações

OS TRABALHADORES da Angop (Agência Angolana de Notícias) paralisaram ontem parcialmente protestando assim contra a nomeação do novo director-geral da empresa, Manuel de Carvalho. Os jornalistas exigem o regresso de Avelino Miguel, o anterior ocupante do cargo e não reconhecem capacidade profissional ao novo director de informação, Alvaro Macieira, por ser muito jovem. Os trabalhadores da Angop enviaram uma carta aberta ao ministro da Informação, em que solicitam "maior tolerância numa decisão que deixa muito a desejar". Na carta reconhecem a existência de "alguns erros profissionais, devido à complexidade da sua actividade" mas a passagem de uma fase propagandística para uma fase mais profissionalizante não deve servir de pretexto para as alterações. ■

Quarenta e quatro prisioneiros foram libertados sábado na Jamba e levados para Luanda, enquanto outros 79 detidos eram libertados em Viana, perto da capital angolana.

O grupo de presos libertados na Jamba incluía doze oficiais das Forças Armadas, elementos da Organização de Defesa Popular (ODP) e alguns civis. Quanto ao grupo libertado por Luanda, integrava 15 oficiais, 57 soldados, seis civis e um "agente clandestino".

Os líderes da UNITA prometeram, na ocasião, que o processo de troca de prisioneiros deverá prosseguir sem entraves, conforme está previsto nos acordos de paz assinados em Portugal.

No entanto, a delegação governamental não pôde contactar outros presos, como fora acordado na subcomissão política da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) para o cessar-fogo em Angola. O brigadeiro Correia Vítor, responsável da UNITA na CCPM, argumentou que tal se deveu a "um lapso de comunicações" entre as duas partes, salientando que a parte governamental não levantou problemas e que a questão será resolvida a nível bilateral.

A delegação governamental na CCPM optou, com efeito, por uma atitude conciliadora, e tencionará remeter a questão para a CCPM, cuja próxima reunião formal está prevista para amanhã.

Recorde-se que a questão da troca de prisioneiros tem sido motivo de tensão desde 21 de Julho, data prevista para a primeira entrega de presos pela UNITA, que acabou por ser cancelada à última hora.

Cabo Verde

A terceira força está por surgir

SETE MESES depois das primeiras eleições legislativas multipartidárias, quase tudo continua a funcionar em Cabo Verde em termos de MPD "versus" PAICV. O recente congresso da UCID mostrou que ainda está longe o aparecimento de uma "terceira força", capaz de por termo à bipolarização política reinante no arquipélago.

Com efeito, dos 200 delegados inicialmente previstos, o congresso da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) não conseguiu reunir mais que 60 pessoas, e desse número apenas 15 eram residentes em Cabo Verde, o que dá uma imagem da fraca penetração deste partido na actual sociedade cabo-verdeana.

Os demais participantes eram oriundos da emigração cabo-verdiana nos EUA, Portugal e outros países da Europa. Durante o congresso constatou-se o domínio dos delegados dos EUA, chefiados pelo antigo secretário-geral da UCID, John Wahnnon, que só não foi eleito presidente do partido porque não quis.

Outra ala forte é o grupo residente em Portugal, que conta com o vice-presidente António Gumerindo Chantre, Caldeira Marques e Silvestre Benros, tendo este ficado célebre há um ano ao propor a unidade entre Cabo Verde e Portugal.

Democracia Cristã

A eleição de Antero Barros, 69 anos, para presidente do partido acabou por ser a grande novidade dessa reunião. Esta escolha foi interpretada como uma forma de se adiar o confronto entre as duas alas mais fortes, por se tratar de um velho professor liceal, ligado ao meio desportivo cabo-verdiano. Mas alguns sectores da UCID acreditam que o seu partido possa vir a impor-se junto de certas franjas sociais e políticas que não se identificam nem com o PAICV nem com o MPD.

MANUEL MOURA LUSA



O português Hermínio Martinho foi um dos observadores internacionais nas eleições de Janeiro

Criada na Holanda em 1978 e definindo-se como democrata cristã, a UCID é, ao fim e ao cabo, um partido onde não faltam velhas rivalidades entre os seus membros. O processo que afastou o antigo presidente Lídio Silva, 49 anos, parece ser uma prova disso. Após o congresso, demitiu-se do partido, queixando-se de pressões, agressões e telefonemas anónimos contendo ameaças contra a sua pessoa.

Lídio Silva, que está ligado a um grupo financeiro na Alemanha, foi acusado de ter "vendido a UCID ao PAICV" durante as eleições legislativas, isso porque, logo após o seu regresso do exílio, contactou as autoridades do país, contrariando assim a postura anti-PAICV e pró-MPD adoptada pelo seu secretário geral.

Numa das suas viagens a Cabo Verde, John Wahnnon estabeleceu um acordo com o MPD,

o que permitiria que militantes do seu partido pudessem concorrer nas listas do MPD caso a UCID não conseguisse legalizar-se a tempo — o que efectivamente acabou por acontecer.

Além de ter deitado por terra a estratégia do seu secretário-geral, Lídio Silva acabou por fazer várias declarações que incompatibilizaram a UCID com o MPD, o resultado é que só muito tardiamente ela se deu conta de que tinha perdido terreno a favor do partido de Carlos Veiga, surgido na Praia em Abril do ano passado.

O congresso veio demonstrar que tão cedo não será a UCID a desejada terceira força, tanto mais que muitos dos seus dirigentes parecem completamente desligados da realidade cabo-verdiana. Caberá por isso à nova direcção o trabalho de implantação social, sendo sua intenção concorrer em todos os círculos nas próximas eleições

municipais, marcadas para Dezembro.

Na ausência da terceira força, os cabo-verdeanos têm que se contentar com o MPD e o PAICV. Sete meses depois das eleições de Janeiro, os dois partidos ainda não enterraram as armas — continuam a acusar-se de males diversos, procurando com isso gerir o tempo a seu favor.

O PAICV acusa o MPD de querer destruí-lo, como se nada tivesse feito nos 15 anos em que esteve no poder, e o MPD, por sua vez, acusa o PAICV de não se ter conformado com a derrota nas urnas e de procurar a todo o custo desestabilizar o país.

Entretanto, a sociedade cabo-verdiana começa a dar sinais de cansaço, mas há a ideia de que as autárquicas acabarão por ajudar a clarificar o sistema político do arquipélago. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Paraía

Cabo Verde

Hipótese de novo partido

UMA NOVA força política poderá surgir brevemente em Cabo Verde, produto da dissidência de figuras do Movimento para a Democracia (MPD) e do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), com a participação de elementos pertencentes às associações cívicas, particularmente à União Social Democrática para o Desenvolvimento (USD), considerada muito próxima do Presidente da República, Mascarenhas Monteiro.

A prevista "terceira força" — com um peso aproximado do das duas formações políticas actualmente representadas no Parlamento — poderiam aderir, ainda, independentes que até agora se mantiveram à margem dos dois grandes partidos.

Um dirigente da USD revelou ao PÚBLICO a reestruturação e relançamento para breve dessa associação, afastando contudo a possibilidade de qualquer candidatura do grupo às autárquicas

de Dezembro. O ambiente, segundo o dirigente, ainda não é favorável ao aparecimento de outros partidos: "É preciso que a sociedade, de uma forma espontânea, exija o aparecimento de uma terceira força; e quando isso acontecer estaremos prontos a entrar em cena".

Do lado do PAICV, há quem acredite que o último congresso pouco serviu para purificar o partido de certas práticas que ajudaram a destruí-lo. Para esses sectores, o divórcio entre o partido de Pedro Pires e a sociedade é de tal modo profundo que o PAICV tem poucas possibilidades de recuperar da derrota sofrida nas legislativas de Janeiro.

Ainda neste último fim de semana saiu da antiga força governamental David Hoppfer Almada, 44 anos, que até Janeiro fora ministro da Informação, Cultura e Desportos.

Quanto ao MPD, fala-se em divisão, com supremacia da "ala esquerda" ou dos cha-

mados "trotskistas". Admite-se que o primeiro-ministro Carlos Veiga esteja a ser dominado por esta corrente, que sempre o viu como uma solução provisória para a liderança partidária. E há quem diga que Veiga pouco manda no seu Executivo.

Enquanto o chefe do Governo dá mostras de pretender uma política moderada, os barões do partido tentam arrastá-lo para posições radicais, sobretudo quando o visado é o PAICV.

Entretanto, certas vozes, como a do Presidente da República, Mascarenhas Monteiro, começam a fazer-se ouvir defendendo a reconciliação nacional e a canalização das energias para o desenvolvimento nacional, argumentam que, tratando-se de um país frágil e pobre, Cabo Verde não pode continuar a viver em permanente campanha eleitoral, como vem acontecendo há mais de um ano. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Autárquicas agitam Cabo Verde

O PAICV contestou ontem o projecto do Governo cabo-verdiano para as eleições autárquicas de Dezembro. Em conferência de imprensa dada por Adão Rocha, Aristides Lima e Carlos Burgo, defendeu que devem ser criadas condições para que o próximo acto eleitoral decorra "de forma transparente e democrática". O partido de Pedro Pires defende a não candidatura dos actuais presidentes de Câmara e queixa-se de não ter sido consultado para a formação das comissões eleitorais, que, segundo ele, contam apenas com elementos afectos ao Movimento para a Democracia (MPD). E advoga o estabelecimento de regras de conduta capazes de garantir a neutralidade e imparcialidade dos serviços administrativos.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 8 AGOSTO 1991

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE AGOSTO DE 1991

PAIGC revê Lei dos Partidos

O COMITÉ Central do PAIGC, no poder na Guiné-Bissau desde a independência, vai apresentar à Assembleia Nacional Popular uma proposta de revisão da actual Lei dos Partidos, ao abrigo da qual cada formação política que pretendesse legalizar a sua existência era obrigada a apresentar um mínimo de duas mil assinaturas, das quais cada uma das nove regiões do país tinha que fornecer pelo menos 100.

Reunido entre 1 e 4 de Agosto, o CC do PAIGC decidiu ainda propor à ANP a revisão da Lei da Nacionalidade e a aprovação de uma Lei de Imprensa e dos diplomas que vão reger o acesso dos partidos aos órgãos de comunicação social, a liberdade sindical, o direito à greve e a requisição civil.

O órgão dirigente do PAIGC decidiu ainda substituir provisoriamente por Carlos Correia o seu secretário permanente, Vasco Cabral, que se encontra fora do país em tratamento.

Chissano procura consenso na Frelimo

O VI CONGRESSO da Frelimo, que começa segunda-feira em Maputo, deverá ampliar o espaço de manobra do Presidente Chissano, como árbitro e traço de união entre as tendências existentes na direcção do Partido ainda único, após o provável afastamento de alguns membros da «velha guarda» como Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo.

O Comité Central, reunido esta semana, aprovou incondicionalmente as orientações

propostas por Chissano e a sua estratégia de «procura obstinada do consenso e da reconciliação nacional», soube o EXPRESSO junto de vários participantes.

Chissano está disposto a renunciar à liderança do Partido, mas aceitou permanecer no cargo até as presidenciais de 1992.

Para preparar a transição, o Congresso deverá criar o cargo de secretário-geral, para o qual o principal candidato é o mi-

nistro da Presidência, Feliciano Gundana, natural de Sofala, e, com menos probabilidades Aguiar Mazula, natural do Niassa, que desempenha um papel importante nas negociações de Roma. O aparecimento destes nomes decorre da decisão segundo a qual o secretário-geral teria que ser oriundo do Norte ou do centro, o que constitui uma resposta às críticas acerca do peso excessivo dos quadros do Sul na direcção da Frelimo.

Os membros mais jovens do Comité Central, liderados pelo novo ministro da Cultura, Mateus Katupa, defenderam o aprofundamento da viragem ideológica iniciada em 1989, com o abandono do marxismo-leninismo e a eliminação das referências ao socialismo democrático. Todavia acabou por prevalecer a necessidade de privilegiar a «evolução na continuidade».

A captura da «base presidencial» de Afonso Dlakham

próxima de Maturare e da fronteira com o Malawi, a reconquista da sede distrital de Lalaua, na província de Nam-pula, e outros desaires infligidos à Renamo desde Abril contribuíram também para a manutenção do actual equilíbrio entre as várias tendências, devolvendo um certo prestígio aos ex-guerrilheiros da Frelimo, largamente majoritários no sector militar do Partido.

O Congresso, que se reúne à

porta fechada pela primeira vez desde a independência, elegera, por sufrágio secreto os 130 membros do novo Comité Central entre cerca de 600 candidatos.

Elementos da «velha guarda» como Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo deverão abandonar o Bureau Político sendo apontada como certa a continuação de Armando Guebuza, Mário Machungo, Pascoal Mucumbi e Rafael Maguni.

Principia VI Congresso da Frelimo

ALFREDO CUNHA

O SEXTO Congresso da Frelimo, que amanhã principia em Maputo, tem como pano de fundo mais um aparente malogro à mesa das conversações sobre a paz em Moçambique, que há mais de um ano decorrem em Roma.

Quando tudo indicava que um dos pontos principais de litígio tinha sido ultrapassado, ou seja o reconhecimento pela Renamo do Estado, do Governo e das leis vigentes em Moçambique, a delegação daquele movimento na capital italiana deu o dito por não dito.

O documento de princípios, apresentado a esta sétima ronda pelos medianeiros e que incluía aquele reconhecimento, estipulava igualmente que o Governo moçambicano deveria reconhecer a Renamo como partido e com um estatuto privilegiado em relação a outros emergentes no país, o que foi aceite pela delegação chefiada pelo ministro Armando Emilio Guebuza.

Entrevistado telefonicamente pela Rádio Moçambique, ainda em Roma, após ter sido formalmente interrompida a sétima ronda, até Setembro, o chefe da delegação oficial moçambicana às conversações manifestou a esperança de que a Renamo faça uma reflexão sobre esta questão.

Guebuza, ministro dos Transportes e das Comunicações, considerou fundamental o acordo de princípios, que poderia permitir um acordo de paz, num prazo re-

lativamente curto, adiantando que o facto de a Renamo não reconhecer o Estado moçambicano constitui um atentado ao estipulado nos acordos de Lusaka.

Acordos de Lusaka

Acredita-se em Maputo que a Renamo está a ser pressionada para pôr em causa aqueles acordos, assinados em Setembro de 1974 entre a Frelimo e Portugal e que permitiram a proclamação da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975.

A pressão viria do "lobby" pró-Renamo em Portugal, que gostaria — segundo fontes oficiais moçambicanas — de rediscutir Lusaka, no sentido de anular a lei das nacionalizações passada em 24 de Julho de 1975 e a que nacionalizou as habitações em Março de 1976. Certos círculos portugueses pretendiam, de acordo com esta análise, que a troca do seu apoio a Renamo desse garantias aos antigos proprietários da possibilidade de virem a receber indenizações pelos bens perdidos ou da recuperação dos mesmos. Isto, subentende-se, no caso de ela alguma vez vir a ser poder.

Segundo a legislação em

vigor, não é permitida a recuperação, por estrangeiros, de propriedades como imóveis e empresas nacionalizadas há 15 anos.

Alguns observadores são



Presidente Joaquim Chissano

tal do processo negocial.

No entanto, Armando Guebuza, na entrevista de sexta-feira à noite à Rádio Moçambique, negou os rumores postos a circular no sentido de que a Itália poderia vir a abandonar a mediação a favor de Portugal, o que aliás foi igualmente desmentido pelo Governo português.

À espera dos grandes

O ministro disse que os Estados Unidos e a União Soviética, embora não gozando de nenhum estatuto especial, poderão dar um forte contributo para o processo da paz.

Em Maputo, entretanto, o Presidente Joaquim Chissano, ao receber o secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), o tanzaniano Salim Ahmed Salim, disse ser intolerável que a Renamo recuse reconhecer o Estado e o Governo de Moçambique, ao contrário do que acontece com a comunidade internacional.

Chissano considerou injustificável, e com o objectivo somente de retardar o processo de paz, o pedido da Renamo para prosseguir as negociações apenas depois do VI Congresso da Frelimo.

O movimento liderado por

Afonso Dlakhama tinha declarado em Roma, antes da interrupção formal, que as conversações deveriam ser suspensas até que a Frelimo decida a sua futura estratégia política, no Congresso prestes a começar.

Os actuais dirigentes moçambicanos, por seu turno, continuam a dizer que "a Renamo nunca ganhará as eleições", pois que no seu entender seria a responsável pela maioria das mágoas e misérias de um povo que em 14 anos já registou quase dois milhões de mortos.

Alguns analistas políticos de Maputo aventam a hipótese de apenas uma força multinacional, aliada ao exército da Frelimo, conseguir aniquilar a Renamo no campo de batalha, onde se mostra bastante forte.

A propósito, fala-se da conveniência de a África do Sul se envolver no processo para a paz em Moçambique, dado que na mesma continuaria a haver fortes apoios à Renamo, apesar do acordo de boa vizinhança assinado em Nkomati por Maputo e Pretória.

Um antigo soldado moçambicano incorporado à força nas Forças de Defesa Sul-africanas, Félix Dimene, declarou no mês passado à imprensa que ainda há alguns meses funcionava no Transvaal Oriental — junto à fronteira da África do Sul com Moçambique — um centro de treino para homens da Renamo. ■

Teresa Lima, em Maputo

MOZAMBIQUE : nouvel échec des négociations avec les rebelles

La guerre sans fin ?

Le gouvernement et les rebelles de la Résistance nationale mozambicaine (RENAMO), ont mis fin, vendredi 9 août, à Rome, à leur septième réunion de négociations, sans avoir obtenu le moindre résultat permettant d'espérer la fin prochaine de la guerre civile, qui déchire le pays depuis quinze ans. Les pourparlers entre les deux belligérants devraient reprendre en septembre.

JOHANNESBURG

de notre correspondant en Afrique australe

L'exemple angolais n'a pas incité les frères ennemis mozambicains à la sagesse. Alors qu'après quinze ans de guerre civile, l'Unita de M. Jonas Savimbi et le MPLA de M. José Eduardo dos Santos sont parvenus à s'entendre sur l'essentiel, le gouvernement de Maputo et les rebelles de la RENAMO n'arrivent pas à se mettre d'accord.

Les deux parties, réunies à Rome depuis le début du mois pour un septième round de pourparlers, n'ont pas progressé. La presse officielle mozambicaine affichait son pessimisme en titrant, jeudi 8 août : « Les négociations de paix sont virtuellement suspendues ». La délégation de la RENAMO a effectivement rejeté les propositions des médiateurs italiens sur les garanties politiques qui auraient du débloquent la situation.

Les médiateurs proposaient que la RENAMO reconnaisse le gouvernement en place. En échange, Maputo aurait accepté de prendre en considération tous les points que le mouvement rebelle de M. Aphonso Dhlakama souhaitait voir modifier dans le nouveau système législatif, et aurait envisagé de lui accorder un statut spécial le différenciant des autres partis politiques. Le gouvernement avait accepté, mais la RENAMO a, elle, finalement refusé, estimant que les discussions ne pâtiraient pas d'être interrompues, jusqu'à ce que le FRELIMO (Front de libération du Mozambique, au pouvoir) ait

défini sa stratégie. C'est à quoi devraient s'atteler les représentants du FRELIMO, dont le sixième congrès doit s'ouvrir, lundi 12 août, à Maputo.

Le gouvernement et la RENAMO s'étaient réunis pour la première fois, en juillet 1990, à Rome. Après un an de négociations, le seul résultat tangible a été l'accord, signé le 1^{er} décembre 1990, stipulant que les troupes zimbabwéennes, présentes au Mozambique aux côtés des forces gouvernementales mozambicaines, seraient cantonnées dans les couloirs de circulation de Beira et du Limpopo. En contrepartie, les guérilleros de M. Dhlakama s'engageaient à ne plus attaquer les convois. Hélas, dès le mois de mars, la RENAMO, brisant ce cessez-le-feu partiel, recommençait ses harcèlements contre les trains reliant Harare (capitale du Zimbabwe) à Beira, le grand port mozambicain de l'océan Indien.

Massacres à répétition

Les attaques de la RENAMO n'ont, en fait, jamais cessé. Les témoignages de paysans mozambicains sur les enlèvements, les mutilations, les massacres perpétrés par les hommes de M. Dhlakama sont légion. Le dernier en date a eu lieu lors de la prise de Lalaua, une localité de la province de Nampula, dans le nord du pays. Selon des rescapés, les rebelles ont assassiné publiquement quinze personnes, le 29 juin, avant d'en massacrer plusieurs dizaines d'autres, à coups de baïonnettes, puis de placer les têtes des victimes sur les étagères vides des magasins. Quelques jours plus tard, l'odeur insoutenable dégagée par les corps en décomposition contraignait les rebelles à quitter le centre-ville pour s'établir à un kilomètre de Lalaua.

Les troupes gouvernementales ont, depuis, repris le contrôle de la ville, où au moins neuf cents rebelles stationnaient à la mi-juillet. Mais les douze mille personnes qui avaient fui vers les localités voisines ne sont pas revenues. Elles sont allées grossir les rangs des *deslocados* (déplacés), qui ont quitté leur domicile pour échapper aux atrocités commises par la

RENAMO, préférant s'installer dans des lieux plus sûrs, à l'intérieur du pays. Ils sont aujourd'hui 1,8 million dans ce cas.

D'autres ont fui vers les pays frontaliers. Ainsi, au Malawi, on évalue à un million le nombre de réfugiés mozambicains, tandis qu'en Afrique du Sud, plusieurs centaines de milliers d'autres survivent tant bien que mal - notamment dans les *homelands* du Kanguwane et du Gazankulu, où les populations locales parlent les mêmes langues. Les représentants des organisations humanitaires, présentes au Mozambique, estiment qu'un tiers des quinze millions de Mozambicains sont, directement ou indirectement, touchés par la guerre.

Les deux tiers de la population vivent en dessous du seuil de pauvreté absolue. Le ministre des finances estimait, fin 1990, que la guerre avait coûté quinze milliards de dollars. Les destructions touchent toutes les infrastructures, barrages, lignes à haute-tension, usines, mais aussi les écoles. Trois écoles primaires sur quatre, une école secondaire sur cinq, ont été détruites. En 1990, plus de 40 % de la population scolaire n'a pu se rendre en classe.

Le dilemme de la RENAMO

La situation économique est, elle aussi, catastrophique. La seule facture pétrolière, en 1991, excédera les recettes en devises des exportations. L'aide étrangère massive (un milliard de dollars par an) ne peut être interrompue, au cours de la décennie à venir, sans précipiter le pays dans la banqueroute.

Cette année, le Mozambique a besoin de plus d'un million de tonnes d'aide alimentaire pour contrer la famine. Le déficit en nourriture a été aggravé par la sécheresse, qui a frappé la province de Manica - l'une des plus fertiles du pays - tandis que des inondations dévastaient les provinces de Nampula et de Cabo Delgado. C'est un nouveau défi qui est ainsi lancé à la communauté internationale. L'an passé, sur les 218 000 tonnes promises, seulement 124 000 étaient arrivées à destination.

Pour les Mozambicains, la paix

est maintenant une nécessité absolue. Il faut reconstruire le pays, restructurer l'agriculture, attirer les capitaux étrangers, permettre à Maputo d'honorer sa dette, en finir avec les contrôles de l'Etat et privatiser le secteur public : autant de priorités que l'administration du président Joaquim Chissano a déjà prises en compte. Mais il n'est pas si aisé de passer, du jour au lendemain, d'une économie socialiste à une économie de marché. Paradoxalement, le Fonds monétaire international (FMI) et la Banque mondiale sont toujours aussi satisfaits de leur élève mozambicain. Ils doivent impérativement continuer à le soutenir, sous peine de voir tous les efforts consentis jusqu'à présent réduits à néant.

M. Chissano, au pouvoir depuis 1986, a fait la plus grande partie du chemin pour aller à la rencontre de ses adversaires. Au cours des trois dernières années, il a changé de rhétorique. Les rebelles de la RENAMO ne sont plus les « traîtres » ou les « bandits armés » qu'ils étaient auparavant. Il a compris - et fait comprendre au FRELIMO - qu'une victoire militaire était illusoire. Il a engagé le dialogue avec la RENAMO, rompu les vieilles amitiés avec les pays socialistes, engagé son pays dans le multipartisme et l'économie de marché. Surtout, il a fait adopter une nouvelle Constitution, entrée en vigueur le 1^{er} décembre 1990, fauchant ainsi l'herbe sous le pied de M. Dhlakama, qui faisait de cette nouvelle Constitution une de ses principales revendications.

M. Chissano a certainement été trop vite pour M. Dhlakama, ne lui laissant qu'une marge de manœuvre réduite et peu de chances de sortir du conflit avec les honneurs. Pour signer un cessez-le-feu, rendre les armes et accepter le jeu d'élections pluralistes, la RENAMO doit au moins avoir un peu d'espoir de l'emporter. Or toutes les cartes semblent aujourd'hui se concentrer entre les mains du président. Il doit trouver un atout lui permettant de ramener la RENAMO à la table des négociations, afin d'avancer vers une solution pacifique.

FRÉDÉRIC FRITSCHER

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 DE AGOSTO DE 1991

Frelimo quer abandonar as referências marxistas

A FRELIMO, prevê-se, deverá adoptar, durante o seu sexto congresso, que amanhã se inicia, um novo programa político, a ser marcado pelo abandono das referências marxistas.

Não deixando de reafirmar a sua natureza socialista, a Frelimo propõe-se, enquanto partido já não de «vanguarda política», deixar de fazer apelo, nomeadamente, aos conceitos de classe.

Alargar base social com vista às eleições

O novo projecto de estatutos exclui a sua definição como «forma mais alta da organização revolucionária da classe trabalhadora» e pretende que a base social do partido seja alargada, não obstante ser conhecida a con-

testação de que é alvo em círculos sociais e intelectuais de Moçambique.

Num momento em que se discute a paz para Moçambique — as conversações de Roma prosseguirão em Setembro —, a Frelimo quer facilitar a adesão de novos militantes.

Após este sexto congresso, a Frelimo começará, pois, a preparar-se para a mobilização do eleitorado com vista a futuras eleições multipartidárias, o que faz com que a Renamo aguarde os resultados que daí possam advir. A suspensão das conversações de paz em Roma não será alheia a esta constatação.

Voto secreto e não aberto

O princípio do voto secreto

nas eleições para todos os cargos do partido, acrescentando agora, eventualmente, o de secretário-geral, constitui também uma significativa mudança com vista à democratização interna. Até agora, as eleições resultavam de voto aberto.

Adesão à IS é objectivo

Fontes próximas do partido afirmam que o passo seguinte da Frelimo, feita a introdução destas alterações aos estatutos, depois das verificadas com a Constituição, à qual foram expurgadas as referências marxistas, poderá ser um pedido de adesão à Internacional Sociasta (IS), organização com a qual manteve sempre as melhores relações políticas.

Correio da Manhã - 11/08/91

Moçambique

Conversações de paz recomeçam em Setembro

A sétima ronda das conversações de paz para Moçambique terminou ao fim da tarde de sexta-feira, em Roma, com uma sessão plenária, tendo sido decidido retomar as discussões em Setembro, anunciou um comunicado da Comunidade de Santo Egídio.

Durante o plenário — o segundo desta ronda — a mediação entregou às delegações do Governo de Moçambique e da Renamo dois documentos relativos, respectivamente, à lei dos partidos e à lei eleitoral.

A mediação espera que na próxima ronda, prevista para Setembro, se chegue o mais "depressa possível" a um acordo de paz "que garanta, na formulação e nos mecanismos de verificação, o pleno respeito das exigências e das expectativas das partes" em confronto.

O secretário-geral da OUA, Salim Hamed, afirmou entretanto em Maputo estar «decepcionado por a RENAMO ter suspenso as conversações de Roma».

«Tenho esperança de que a RENAMO adopte, de futuro, uma atitude mais construtiva sobre as conversações para a paz em Moçambique», afirmou ainda Salim Hamed, no final de uma visita oficial de quatro dias a Moçambique, onde se informou junto das autoridades locais sobre o processo de paz e sobre o actual panorama político e económico moçambicano.

Refira-se, a propósito, que Moçambique é um dos 15 países que vão receber este ano dos Estados Unidos, 1,4 milhões de toneladas de alimentos, correspondentes a um auxílio de 290 milhões de dólares (perto de 45 milhões de contos), concedido pelo departamento de Estado à Agência para o Desenvolvimento Internacional Norte-Americana (USAID).

Soube-se ainda que o Japão, por seu turno, concedeu a Moçambique uma ajuda de 6,5 milhões de dólares, para a compra de fertilizantes, produtos químicos agrícolas, equipamento e maquinaria destinados ao sector rural, com vista ao aumento da produção agrícola moçambicana.

Novo programa para a FRELIMO

A adopção de um novo programa político para a FRELIMO, no seu 6º Congresso, que tem início amanhã em Maputo, é entretanto mais um inconfundível sinal de mudança em Moçambique.

A FRELIMO foi dos primeiros partidos no poder, a nível dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, a alterar os conceitos marxistas da Constituição do país. Mas, paradoxalmente, o último a retirar do seu próprio programa político essa conceptualização.

Isso vai acontecer no seu próximo congresso, com base num projecto de novos estatutos e programa submetidos nos últimos meses à discussão no seu quadro partidário, a nível amplamente nacional.

Esse projecto reafirma a natureza socialista do partido FRELIMO, mas abandona todas as referências anteriores de classe e o seu próprio papel como «vanguarda política» da sociedade moçambicana.

O princípio do voto secreto nas eleições para todos os cargos do partido, até agora feita por voto aberto, constituiu também uma significativa mudança com vista à sua democratização interna.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 9 AGOSTO 1991

JOVENS EMPRESÁRIOS VISITAM MOÇAMBIQUE — Uma missão de 30 jovens empresários portugueses vai deslocar-se de 26 de Agosto a dois de Setembro a Moçambique para contactos institucionais e empresariais, participando também na maior feira industrial do país. A missão, organizada pela Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE), será recebida por diversos membros do Governo moçambicano, entre os quais o primeiro-ministro e os ministros da cooperação, indústria e energia, e comércio. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 11 AGOSTO 1991

E JAPÃO AJUDA MOÇAMBIQUE — O Japão concedeu a Moçambique uma ajuda de 6,5 milhões de dólares destinados ao sector da agricultura. A aplicação desta verba será feita através da compra de fertilizantes, produtos químicos agrícolas, equipamento e maquinaria destinados ao sector rural, tendo em vista o aumento da produção agrícola moçambicana. Com este empréstimo, o montante das ajudas do Japão ao desenvolvimento agrícola de Moçambique atingiu agora um total da ordem dos 405 milhões de dólares (cerca de 60 milhões de contos). ■



As empresas portuguesas vão reforçar a sua presença na próxima edição da FACIM, que decorre este mês no Maputo

ANJE volta-se para África apostando em Moçambique

Os empresários portugueses estão a apostar forte nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), e Moçambique não escapa a este interesse. A próxima edição da FACIM — Feira Internacional de Moçambique — conta com uma presença nacional reforçada, estando a ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários — a preparar uma missão a Maputo.

Nos cinco anos de existência da ANJE, o seu presidente, Paulo Barros Vale, mantém a irreverência que o tem caracterizado; não perdeu, digamos, o hábito de dizer aquilo que pensa, mesmo que essa posição lhe possa trazer alguns dissabores políticos.

A propósito da apresentação da missão empresarial que a ANJE está a organizar a Moçambique — 27 de Agosto a 2 de Setembro, altura em que decorre, naquele país africano, a conhecida FACIM —, Paulo Barros Vale aproveitou para abordar alguns dos cons-

trangimentos que «fazem emperrar a economia portuguesa». E se é certo que muitos dos temas são preocupação generalizada dos empresários portugueses, outros haverá que se referem particularmente aos jovens empresários.

Está nessa situação a legislação respeitante às sociedades de fomento empresarial, a aguardar revogação de alguns dos seus aspectos «caducos» há mais de 18 meses, naquele que é considerado por Paulo Barros Vale «um dos grandes lapsos incompreensíveis do Governo».

Denunciando que o país «está nas mãos dos macroeconómicos, que só conhecem as empresas no papel e pelas estatísticas, longe, portanto, da realidade empresarial», o presidente da ANJE abordou ainda o que considerou a «aparente incompreensão por parte de algumas associações empresariais do papel de uma associação como a nossa», numa clara referência crítica às de-

clarações de um elemento ligado à CCP — Confederação do Comércio Português —, que no recente congresso daquela organização, realizado no Porto, terá afirmado «desconhecer o interesse de uma associação de jovens empresários».

Concluindo que «a não desvalorização do escudo neste momento é um factor que contribui para a falta de competitividade externa das nossas empresas», Paulo Barros Vale acentuou que a visita dos jovens empresários a Moçambique, com o apoio do BFE e do PEDIP, integra-se «numa aposta estratégica nos PALOP com vista a apoiar e incentivar o surgimento de uma nova geração empresarial em África, à qual Portugal terá que ficar ligado».

Na próxima edição da FACIM vão estar presentes 54 empresas portuguesas, dos ramos industrial e comercial. Os têxteis são uma das principais áreas a apresentar no Maputo.

A paz em Moçambique

Algumas semanas atrás, a comunicação social portuguesa, em particular o "Diário de Notícias", desdobrou-se em múltiplas notícias acerca de uma eventual mediação portuguesa nas negociações para a paz em Moçambique. Nenhum facto político substancial e novo parecia justificar tal afã. Comecei logo a imaginar que se trataria de mais uma campanha pró-Renamo preparada pelos serviços secretos sul-africanos e utilizando os "lobbies" que influenciam a comunicação social portuguesa.

O programa Primeira Página da RTP, do passado dia 6, veio confirmar as minhas desconfianças. Tratou-se duma operação visando dois objectivos interligados: por um lado, dar credibilidade, na opinião pública portuguesa, a um grupo armado que a comunidade internacional não reconhece não apoia e condena; por outro lado, pressionar o Governo português a ser mediador do conflito.

Não crítico a RTP em procurar fornecer ao público a informação e esclarecimento sobre todos os intervenientes no conflito que arrasa Moçambique, incluindo, obviamente, a Renamo. Mas se era esse o objectivo, os comentários inicial e final do jovem, inexperiente e inábil jornalista, fazendo a apologia da Renamo e apelando, confusamente, ao Governo português para escolher a Renamo como amigo, transformaram o programa num declarado tempo de antena do grupo Dhlakama.

Não só mas também por este facto, a operação de propaganda acabou por ser um fracasso. A reportagem não mostrou material credível para justificar o carácter libertador da acção da Renamo. Nenhum plano conseguiu transmitir uma imagem de alegria das pessoas filmadas. Nem de militares nem de civis. A máscara da jovem cantora negra que iniciou a reportagem apenas transmitia uma imagem de profunda tristeza. Estranha

liberdade em que os libertados não têm alegria mesmo em supostos momentos de diversão. O "senhor general, perdão, senhor presidente", Afonso Dhlakama, revelou uma tal dimensão política e intelectual que provoca arrepios de frio quando se imagina a eventualidade do indivíduo poder um dia governar qualquer país. Apesar de tudo tem atenuantes.

É difícil explicar como é que o "governo comunista e marxista da Frelimo" consegue o auxílio militar do Governo britânico, da anti-comunista, anti-socialista e anti-sindicalista senhora Thatcher. É difícil justificar como as administrações Reagan e Bush não apoiam os "combatentes da Renamo que lutam pela liberdade, pela democracia e contra o comunismo".

É difícil justificar a fome e a miséria existente em Moçambique como o resultado das opções ideológicas da Frelimo, quando, afinal, toda a África subsariana, lusófona, anglófila, ou francófona vive tragédias idênticas com as excepções, (pasmem-se!) do Zimbabwe e da Namíbia dos "marxistas" Mugabe e Nujoma.

Não se excluem, na situação de Moçambique, as consequências negativas, no plano interno e externo, do voluntarismo revolucionário da Frelimo no período imediatamente após a independência. Mas essa política foi corrigida e teve a sua tradução na política externa com acordos de Inkomati, que a

José Luís Judas

Infelizmente para os moçambicanos, o ritmo das negociações para a paz no seu país depende de mais da evolução do processo de desmantelamento do "apartheid" na África do Sul e de menos da vontade dos negociadores de Roma. Por isso, o Governo de Moçambique tem pressa e a Renamo retarda.

África do Sul não cumpriu.

A ligação da Renamo à África do Sul foi propositadamente omitida na reportagem e no comentário do jornalista da RTP. Bastaria, talvez, que tivesse sido dito donde partiu e como foi possível à equipa da RTP ter chegado à antiga reserva de caça de Gorongosa. Terá ido num voo "charter" para turistas de safaris a partir de Londres?

A Renamo é uma criação dos racistas sul-africanos que através do genocídio das populações civis, comprovados por vários observadores insuspeitos, estabeleceu o terror e aniquilou as estruturas produtivas de Moçambique, visando e conseguindo impedir a sua ajuda, política e material, à luta contra o "apartheid". Desempenha no papel externo o mesmo papel que o

Inkatha representa dentro da África do Sul. Ambos são instrumentos dos racistas para, através do banditismo político, dividir e aterrorizar as populações e retardar a morte inevitável do "apartheid".

É exactamente por conhecer o carácter da Renamo e as suas ligações ao "apartheid" que a comunidade internacional não a apoia nem a reconhece. Infelizmente para os moçambicanos, o ritmo das negociações para a paz no seu país depende de mais da evolução do processo de desmantelamento do "apartheid" na África do Sul e de menos da vontade dos negociadores de Roma. Por isso, o Governo de Moçambique tem pressa e a Renamo retarda.

O banditismo organizado, de delito comum ou político, assumiu em alguns países uma tal capacidade do terror sobre as sociedades, as suas instituições políticas e estruturas económicas e financeiras que obrigam governos legítimos a negociar consigo, directamente ou por interpostas pessoas ou instituições. É um mal menor e seria puro irrealismo, naquelas circunstâncias, recusar essa possibilidade de solução dos problemas. Acontece com a Renamo no caso moçambicano, com o bando do Pol-Pot no Camboja, com a Máfia em Itália, ou com os narcotraficantes colombianos, apenas para referir os casos mais publicitados.

Para os governos de países organizados em estado de direito, este tipo de negociações é sempre um sério desafio à dignidade, unidade e à legitimidade do Estado. É também difícil e embaraçante a qualquer Governo, que se orienta em política externa por princípios de democracia e defesa dos direitos humanos, aceitar ser mediador em negociações entre um governo legítimo e um grupo de terroristas ou de criminosos.

É significativo que nas negociações de Roma o Governo italiano tenha o estatuto de observador presente, sendo o cargo mediador desempenhado por organizações da Igreja Católica, as quais, face à diferente natureza das partes em conflito, têm maiores possibilidades de superar as complexidades do processo por não terem responsabilidades de representação de Estado.

As declarações do secretário de Estado Durão Barroso à imprensa acerca da hipótese de mediação de Portugal evidenciam que o Governo tem a noção dos riscos de tal mediação, sendo uma delas a natureza da Renamo. Não estou contra um maior protagonismo de Portugal na ajuda para encontrar a paz que todos os moçambicanos anseiam, mas que ele se faça sem transformar Portugal numa zona franca de branqueamento e legitimação do banditismo político. ■

FMI e Banco Mundial impõem restrições

São Tomé prepara desvalorização da dobra

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 8 AGOSTO 1981



Daniel Daio, primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe

Manuel Dende, em São Tomé

Desvalorização imediata da dobra em 40 por cento, seguida de descidas mensais de 2,3 por cento na taxa de câmbio da moeda, é uma das medidas exigidas pelo FMI para conceder novas linhas de financiamento a São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe enfrenta actualmente a mais profunda crise económica na sua história. reconheceu no início da semana o ministro são-tomense da Economia e Finanças, Norberto Costa Alegre. Na sequência desta situação considerada "extremamente grave", o Governo encontra-se actualmente embaraçado, procura com todas as forças políticas e privadas uma saída positiva.

O executivo do primeiro-ministro, Daniel Daio, entende que a actual situação exige que todos os cidadãos são-tomenses devem colaborar na procura de uma solução para a presente crise económica, à margem da qual se vislumbra uma eventual crise política.

Na sequência dos encontros iniciados a semana passada, o Governo reuniu-se na tarde de segunda-feira com os partidos políticos e outras entidades públicas do país, incluindo comerciantes, industriais, igrejas e representantes da administração central do Estado.

O esclarecimento sobre as imposições do Banco Mundial e o FMI e a necessidade de o Governo aplicar urgentemente um plano de austeridade económica dominaram o encontro no final do qual algumas figuras políticas da sociedade são-tomense saíram da sala reflectindo no rosto algum mau-estar.

O fundo monetário internacional (FMI) preconiza uma acção de choque. "O país deve compade-

cer com esta acção sob pena de pôr em perigo a democracia", reconheceu o ministro da Justiça e Função Pública, Olegário Tiny, que naquele encontro apelou ao sector privado nacional para fazer aquilo que o Governo não tem possibilidade de fazer.

Período de excepção

"Temos de trabalhar juntos", afirmou o ministro da Justiça, alegando que o período de excepção vivido no país reclama acima de tudo a consolidação de todo o processo democrático pondo em marcha toda uma série de instituições democráticas de São Tomé. A situação de São Tomé e Príncipe é de extrema penúria e caso o Governo não venha a adoptar as medidas de ajustes do FMI-Banco Mundial, isso resultaria em consequências graves para o arquipélago.

Um documento distribuído na sala de reuniões identifica algumas destas consequências: colapso económico e financeiro, com a suspensão de créditos programados por parte dos organismos financeiros internacionais, bloqueio total do mercado de crédito externo dos bancos e de fornecedores devido à falta de pagamentos das dívidas e dos empréstimos de longo prazo, bem como perda total de credibilidade no exterior o que resultaria na impossibilidade de renegociar a dívida externa em condições favoráveis.

Portugal e Angola foram citados como sendo países com os quais São Tomé e Príncipe possui maiores dívidas externas. O país tem uma dívida comercial e pública de cerca de 30 milhões de dólares, cujas negociações para o reescalamento estão em curso enquanto que à República Popular de Angola a dívida ascende a 23 milhões de dólares.

Recorde-se que, recentemente, São Tomé e Príncipe havia pedido aos dois governos uma moratória de dez anos para o pagamento destas dívidas, tendo as duas partes aparentemente mostrado sensíveis ao pedido das autoridades são-tomenses.

Entretanto, na tarde de ter-

ça-feira, o Governo reuniu-se com os quadros nacionais, incluindo representantes dos órgãos de comunicação social para lhes apresentar o quadro dramático da situação económica do país.

"Falta de sensibilidade"

No último fim-de-semana, o executivo criticou a falta de sensibilidade do FMI-Banco Mundial com a preocupante situação económica

são-tomense, pois as novas condições são tidas como elementos "sine que non" para a concessão de um crédito de 11 milhões a São Tomé e Príncipe. Deste empréstimo, cinco milhões de dólares são destinados à importação de produtos básicos de primeira necessidade.

A reacção oficial do Governo foi tornada pública num comunicado que marcou o termo de duas semanas de reuniões em São Tomé com uma missão conjunta do FMI-Banco Mundial que exigiu do Governo aumentos do preço dos combustíveis, sem no entanto aumentar o salário dos trabalhadores. Norberto Costa Alegre já havia garantido por diversas vezes às populações de que para este ano não haveria desvalorizações da moeda. Contudo, o comunicado do Conselho de Ministros reconhece que do ponto de vista técnico há coerência nas propostas das referidas instituições mas que ao aplicá-las trariam consequências gravíssimas ao já fracos recursos económicos dos são-tomenses.

O comunicado do Governo lido através da emissora oficial não especifica se o executivo teria aceiteado já as propostas do FMI. Mas prepara psicologicamente os cidadãos de que não há outro caminho a seguir senão aplicá-las. Isso é praticamente inegociável para o FMI-Banco Mundial, disseram vários políticos são-tomenses.

As propostas a que o PÚBLICO teve acesso recomendam que a moeda nacional seria desvalorizada em cerca de 40 por cento, passando imediatamente de 189 no corrente mês para 260 dobras em dólar americano, tendo em conta o índice da taxa efectiva real de câmbio alcançado em Dezembro de 1980.

O FMI propõe ainda que a partir do último mês do ano em curso desvalorizações na ordem de 2,3 por cento, mas que viriam provocar uma expectativa para a inflação de 15 por cento. Adicionalmente uma correcção de cinco por cento seria acrescida anualmente de modo que no fim do ano a taxa de câmbio oficial seria superior a 300 dobras por um dólar americano. ■

A Europa de Leste face à África Austral

João Gomes Cravinho

NUMA RECENTE viagem a Praga perguntei a um checo se, na opinião dele, havia alguma coisa de positivo herdado do regime comunista. Ele pediu uns momentos para reflectir e ao fim de um minuto ou dois disse-me que não, que não havia. O anticomunismo ferrenho, fanático mesmo, é hoje consensual na Checoslováquia e o corolário é a rejeição de tudo aquilo que era apoiado pelo regime anterior. Como os governos do antigo Bloco do Leste apoiavam a luta contra o *apartheid* o poder actual na Checoslováquia presume, instintivamente, que tal luta é de moralidade duvidosa.

O histórico Alexander Dubcek, hoje presidente da Assembleia Federal da Checoslováquia, fez saber a sua posição ao dar as boas-vindas a uma conferência internacional sobre os processos de democratização na Europa do Leste e na África Austral. Com aquele famoso sorriso contagiante que simbolizou a Primavera de Praga, lançou um vibrante apelo a que todos na África do Sul soubessem encontrar o ser humano que existe em cada um. O *apartheid*, disse ele, é o oposto: uma estrutura desumanizante. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Martin Palous, que é responsável pelas relações com os países da África Austral, foi mais prosaico, condenando o *apartheid* mas defendendo o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul.

A verdade é que são vários os países da Europa Central e

do Leste que, na sequência das revoluções de 1989, reverteram os movimentos de libertação para um segundo plano, privilegiando os contactos directos com Pretória.

Delegações comerciais sul-africanas, a primeira delas liderada pelo ministro sul-africano para o Comércio e a Indústria, já visitaram a Checoslováquia para falar de projectos específicos e há um acordo para o fabrico de aviões checos na África do Sul, na sequência do estabelecimento de relações consulares. Há igualmente contactos entre os dois bancos centrais para acordos financeiros.

Pik Botha, ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, visitou Budapeste em Janeiro de 1990 e em Abril desse ano a África do Sul e a Hungria inauguraram missões diplomáticas em Budapeste e Pretória. No início deste ano estabeleceu-se uma *joint venture* húngaro-sul-africana, a Headquarters International, para promover o intercâmbio comercial entre os dois países e para apoiar as ligações com outros países do antigo Bloco do Leste. Também no início deste ano o gigante sul-africano Anglo-American mandou uma delegação para estudar as possibilidades de explorarem minas de carvão húngaras. A Hungria já levantou todas as restrições ao comércio com a África do Sul e em contrapartida importações húngaras naquele país passaram a ser isentas de impostos aduaneiros o que dá uma importante vantagem a produtos húngaros no mercado sul-africano. Nas Nações Unidas a Hungria demarcou-se das resoluções da Assembleia Geral dizendo por um lado que pres-

ções são essenciais para uma mudança de regime na África do Sul mas por outro lado que cada país deve ter as relações comerciais que entender com Pretória. Ou seja, concorda com sanções mas não vai alinhar.

As relações da Polónia com a África do Sul sofreram uma evolução muito semelhante às da Hungria. Kent Durr, ministro sul-africano para o Comércio e Indústria, visitou a Polónia em Abril de 1990 e ambas as partes manifestaram interesse em expandir as relações comerciais. Os estaleiros de Gdansk passaram a ter clientes sul-africanos (a Union Shipping Lines de Durban, por exemplo, encomendou dois navios contentores no valor de 40 milhões de dólares em Janeiro de 1991) e a Polónia concordou em comprar 800 000 toneladas de ferro sul-africano durante 1990. No início deste ano o primeiro embaixador sul-africano em Varsóvia apresentou credenciais ao presidente Walesa.

A Bulgária também já anunciou o seu interesse em estabelecer relações diplomáticas e promover ligações comerciais. A Roménia tem uma posição mais reservada, mostrando-se interessada em estimular o comércio mas sublinhando a necessidade de respeitar as resoluções das Nações Unidas. A própria União Soviética tem ensaiado um namoro pouco discreto com o governo sul-africano ainda que publicamente defenda a manutenção de sanções. A gigantesca companhia mineira sul-africana, De Beers, assinou em Julho de 1990 com um departamento estatal soviético um contrato exclusivo para a

compra e comercialização de diamantes soviéticos. Este contrato não entra em conflito com as sanções decretadas devido à utilização de vários artificios legais. Já se tomaram passos que, tudo indica, culminarão com uma troca de embaixadores entre a União Soviética e a África do Sul. Conhecedor do que mais falta faz aos soviéticos, o ministro Kent Durr já sugeriu que bancos sul-africanos poderiam fazer empréstimos à União Soviética. Neste mês de Junho uma delegação comercial sul-africana visitou pela primeira vez a União Soviética e facilmente se adivinha o rápido estabelecimento de relações normais entre os dois países.

A desastrosa situação económica nos países do Centro e Leste Europeu, juntamente com a vontade de rejeitar em bloco tudo aquilo que foi herdado dos regimes comunistas, é altamente negativa para aqueles que combatem o *apartheid*. A supracitada conferência em Praga foi palco para alguns comentários acrimoniosos de representantes africanos. Acusaram mesmo os novos governos leste-europeus de hipocrisia pois souberam combater pela liberdade nos seus próprios países mas rapidamente esqueceram aqueles que ainda lutam pela liberdade e pelos direitos humanos na África do Sul. Só um ingénuo diria que o apoio dos antigos regimes comunistas à luta *anti-apartheid* era motivado pelo amor à liberdade. Era uma política interesseira, claramente. E parece que continua a ser o interesseirismo que determina as relações do Leste Europeu com a África Austral.

Espanha desdramatiza desinteresse de Lisboa

Nuno Ribeiro
em Madrid

Ordoñez disse que seria "uma ideia bonita". Deus Pinheiro considerou-a "prematura". Diplomáticamente, a diferença de posições sobre uma cimeira ibero-africana durante a Presidência portuguesa da CEE é encarada como sinónimo de preparação.

O desinteresse com que, em entrevista ao PÚBLICO, o ministro dos Negócios Estrangeiros encarou a proposta espanhola para a realização de uma cimeira ibero-africana durante a Presidência portuguesa da CEE é desdramatizado pela diplomacia espanhola. No palácio da praça de La Provincia, em Madrid, onde está localizado o Ministério das Relações Exteriores de Espanha, a calma das férias só é perturbada pela incerteza quanto à evolução da crise na Jugoslávia.

"Penso que não há qualquer contradição", sublinha Vicente Canelles, director do Departamento de Relações com os Meios de Comunicação: "A Espanha considerou que uma cimeira podia ser útil. Portugal pensa que não e diz que deve ser mais preparada".

Recorda-se que, também em entrevista ao PÚBLICO, Francisco Fernandez Ordoñez, ministro das Relações Exteriores de Espanha, admitiu que "seria uma ideia bonita a de fazer, durante a presidência portuguesa da CEE, uma reunião com todos os países da África Austral". "Portugal tem tido, e continua a ter, um papel insubstituível", assinalou Fernandez Ordoñez, referindo-se às relações da Europa dos "doze" com o

continente africano. O ministro admitiu ainda que, "depois de Portugal, a Espanha poderia ter uma grande possibilidade de cooperação com estes países".

O chefe da diplomacia portuguesa, por seu lado, considerou a proposta de Madrid como "prematura": "Tem de haver uma comunidade de interesses e uma perspectiva sólida não conjuntural para justificar um envolvimento a um nível cimeiro". Sublinhando que não há qualquer "razão de queixa" em relação a Espanha, João de Deus Pinheiro assinalou as diferenças entre os dois países ibéricos em relação à África: "Enquanto nós temos uma comunidade de língua portuguesa e uma história em comum com

o Brasil e os PALOP, já com Espanha é diferente. Começámos por ter uma ligação histórica atribulada, neste momento temos uma excelente relação, mas julgo que devemos concentrar a cooperação com Espanha no que diz respeito à América Latina".

González em Luanda

A África Negra, na imensidão que vai do Sahara à África Austral é actualmente um dos pontos mais débeis da diplomacia de Madrid. Em princípios de Setembro, Felipe González vai encabeçar uma delegação governamental espanhola numa

viagem que terá a Guiné Equatorial e Angola como escalas de grande interesse.

No primeiro dos casos, trata-se apenas de continuar o fluxo de cooperação existente com aquele país africano. Mas a visita a Luanda, após a estada em Espanha de José Eduardo dos Santos, tem, para Madrid, uma grande importância. Então, com o presidente angolano a anunciar as reformas políticas, a Espanha concedeu importantes créditos ao regime de Luanda, tendo os empresários espanhóis, há muito interessados em investir e trabalhar em Angola, posto algumas condições para a sua intervenção. Para além da participação de empresas espanholas na reconstrução da rede eléctrica

ca de Luanda e na recuperação da linha de alta tensão entre o Lobito e Benguela, a Espanha comprometeu-se a construir quatro navios para a Marinha de Guerra angolana, assinando um contrato cujo montante atinge os 50 milhões de dólares. Cinco meses antes de Eduardo dos Santos desembarcar em Madrid, a Espanha tinha aberto uma linha de crédito no valor de 120 milhões de dólares. Os espanhóis consolidavam a sua posição de terceiro parceiro comercial de Angola, a seguir aos EUA e França, estimando que, com o fim da guerra, as relações comerciais entre os dois países possa chegar aos 500 milhões de dólares anuais.

Iniciativas privadas

Com a visita de González a Luanda em Setembro é possível que estes fluxos de cooperação sejam aprofundados e que, nos projectos concretos, apareçam associadas empresas espanholas e portuguesas. De facto, para a "rentree" política está prevista, em Lisboa, a realização de um encontro das organizações empresariais dos dois países que estão interessadas em investir em África. Estas iniciativas privadas, que contam com o apoio dos governos dos dois países, somam-se aos projectos de cooperação que Portugal e Espanha desejam articular no continente africano, e que foram, a par de iniciativas na América Latina, anunciados na cimeira luso-espanhola do ano passado ano, em Vila-moura.

A margem destes temas de cooperação, admite-se em Madrid que José Eduardo dos Santos aproveite a visita de González para voltar a abordar o possível ingresso do MPLA na Internacional Socialista, onde o Partido Socialista Operário Espanhol, há nove anos no Governo, goza de muito prestígio. Por outro lado, Felipe González pode receber apoio africano para a candidatura espanhola ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biénio 1992-94. ■

ALBERTO FRASQUESA



Cavaco e González na cimeira de Vilamoura: convergência aparente sob o guarda-chuva da cooperação

Reality's new look

WITH change in South Africa has come the need for this journal to find a new approach if it is to widen its influence on a society now potentially more receptive to the liberal ideals to which we have always been committed.

There is little doubt that the obvious iniquities of the old order provided liberals with an easy target. Liberals moved quite effortlessly on to the moral high ground and not a few succumbed to the temptation of smugness.

The process of constitutional reconstruction which is just beginning confronts liberals with an infinitely more difficult challenge.

Scrapping constitutionally entrenched apartheid does not automatically guarantee an end to repressive legislation and individual freedom. Talk about reform is largely talk. Great as was the iniquity of institutionalised racialism the iniquity of the laws that gave its enforcement muscle, was greater. And those laws are still firmly in force.

Nor is it by any means certain that the enemies of National Party illiberalism are themselves supporters of liberal ideas and institutions. After becoming an anti-imperialist, said George Orwell, it took him twenty more years to realise that "the oppressed are not always right."

Because liberalism has been trapped for so long in a reactive phase (reacting, that is, to the illiberalism of the old order) it has never really come to grips with the immense problem of translating the liberal ideal into a viable political programme. There was a tendency in some to

assume the relevance and workability of their values in this kind of society. When social scientists ask whether the conflicts engendered by ethnically-inspired nationalism within a society can be resolved without coercion, they are raising a serious question which liberals dare not duck.

It is clear that a new and enlightened order will not spring effortlessly out of the ashes of the old. Constitutional reconstruction will be long and painful enough. Social reconstruction could be decidedly more painful.

In this there will be many compromises with the principles and policies to which we hold. Which of these compromises will be called for? Which will be beyond the pale, in the sense that they would undermine the liberal ethic? For instance, can liberals accept some form of detention without trial if the transition to the new South Africa is attended by extensive social instability? *Reality* believes it could have a critical role in examining these issues.

But all is not gloom.

In the fast changing South Africa there is much that is creative, constructive and exciting. In their personal lives, on the playing fields and beaches, in the theatres, in business, in schools and at universities more and more South Africans are joining in moulding a normal society.

Reality will reflect these changes too. Every issue will deal with some aspect of the new thinking among writers, artists and on the stage — with the whole revolution that is part of the dynamic of this nation in the 1990s.

Join the debate on
changing South Africa.

Write to:

The Editor

Reality

P.O. Box 1104

Pietermaritzburg 3200

THE VIEWS OF CONTRIBUTORS DO NOT
NECESSARILY REFLECT THE POLICY OF THE
EDITORIAL BOARD.

in this issue . . .

Govan Mbeki: Notes from Robben Island	Page Two
The <i>Vrye Weekblad</i> judgment	Page Four
The Comrades	Page Six
Call to students	Page Eight
Alan Paton's last tape	Page Nine
FW: Tiger in Tuynhuis	Page Thirteen
Dilemmas for writers	Page Thirteen
Quick kill? War in the Gulf	Page Fifteen
The BBC goes to Bloemfontein	Page Seventeen
Viva! Viva!	Page Twenty

ANC NATIONAL CONFERENCE: JULY, 1991. DURBAN, SOUTH AFRICA

RESOLUTION ON THE FOREIGN POLICY OF THE ANC.

The 48th National Conference of the ANC, meeting in Durban, South Africa from 2 - 6 July, 1991:

Reaffirming that the Freedom Charter, the basic policy document of the ANC, constitutes the firm foundation for the conduct of the ANC's international relations;

Recalling the Foreign Policy guidelines elaborated at and adopted by the ANC National Consultative Conferences at Kabwe, 1985 and Johannesburg, 1990;

Further recalling the decisions of the ANC-sponsored World Conference Against Apartheid, For a Democratic South Africa held in Arusha, Tanzania in 1987;

Further reaffirming that both the Harare Declaration of the Organisation of African Unity and the United Nations Declaration on Apartheid and Its Destructive Consequences in Southern Africa define the basis of an internationally acceptable solution of the South African conflict, and therefore outline the parameters within which the relations between South Africa and the rest of the world can be normalised;

Recognising that the conduct of the ANC's foreign policy must take into account the realities of contemporary international relations, characterised in part by:

A) A general universal tendency towards the establishment of political systems whose features include multi-party democracy, respect for individual human rights and movement away from centrally-planned economies;

B) A tendency towards the disappearance of the cold war and a departure from the conduct of international relations on the basis of a bi-polar world order, dominated by the conflicting interests of the super-powers and the two military blocs, NATO and the Warsaw Pact, which latter is being phased out;

Cognisant that the resolute struggles waged in South Africa by our people, under the leadership of the ANC and the rest of the democratic movement, supported by the international community, have resulted in a shift in the balance of forces inside South Africa, a circumstance which is leading to the redefinition of the relations between South Africa and the rest of the world;

Aware that our foreign policy must be informed by the understanding that South Africa has entered a critical period in the struggle to end the apartheid system and establish a non-racial and non-sexist democracy and that the white minority regime has been obliged to accept the demand for genuine negotiations, as outlined in the Harare and UN Declarations, which, among others, envisage the following strategic stages:

A) The removal of obstacles to negotiations;

B) The acceptance of interim mechanisms to oversee the period of transition from apartheid to a new democratic order;

C) The adoption of a democratic constitution, the democratic election of a representative parliament and the establishment of a new government;

Also aware that the victories scored by the democratic forces, including the fact that the regime has been obliged to repeal the so-called legislative pillars of apartheid, have given rise to a tendency among a growing number of countries towards the premature lifting of sanctions against the apartheid regime as a reward for the measures undertaken by the De Klerk regime;

Cognisant of the fact that ways and means should be found by which to arrest the process of the erosion of sanctions to ensure that the democratic movement does not lose this weapon, which will be required until a democratic constitution has been adopted;

Reaffirming that the main thrust of our foreign policy must be the attainment of the objectives contained in the Harare and UN Declarations, namely, mobilising the world community to assist towards the speedy eradication of apartheid as well as helping to move the process of negotiations forward towards the creation of a non-racial and non-sexist democratic South Africa;

NOW RESOLVES AS FOLLOWS:

1. ON SANCTIONS.

The primary objective of sanctions is to end apartheid. Since, despite the measures which the regime has been compelled to take, apartheid is still in place, the international community must continue to utilise this weapon to maintain pressure on the regime to expedite forward movement to the attainment of the objective of a non-racial democracy;

Because it is essential that the sanctions weapon is not lost, the international community should be urged to listen to the view of the democratic forces and not seek to reward the apartheid regime. Sanctions must therefore be used creatively in order to arrest the erosion that has occurred, push the peace process forward and attain the objective of a democratic South Africa as speedily as possible.

Accordingly, sanctions should continue to be used as a necessary form of pressure. Specified groups of sanctions should be used to achieve the strategic objectives listed below, each one of which is critical to the process of transformation:

A) The removal by the regime of obstacles to negotiations, as stipulated in the Harare and UN Declarations, as well as the implementation of effective measures by Pretoria to end violence;

B) The installation of an interim government according to agreed transitional arrangements and modalities on the transition to a democratic order;

C) The adoption of a democratic constitution and the holding of free and fair elections for a non-racial parliament and a representative government.

In this connection, the national executive committee as a matter of urgency is called upon in consultation with our allies, to determine the precise formulation of this process, acting in broad consultation internally and in coordination with the anti-apartheid forces world wide. These forces include the OAU, the UN as well as non-governmental anti-apartheid and solidarity forces.

2. ON THE MOBILISATION OF ANTI-APARTHEID FORCES.

The anti-apartheid movement world-wide has greatly assisted in creating an extensive world constituency that has compelled governments to place the issue of apartheid on their political agendas. This constituency has also served as an important source of material assistance.

During the period of transition from apartheid to democracy, the role of the international anti-apartheid movement will continue to be highly critical in strengthening the hand of the democratic forces. In this regard, the anti-apartheid movement has the task to sensitise the international community towards the obligation of assisting the people of South Africa to effect the transformations which will result in the suppression of the crime of apartheid and the institution of a social order which will uphold the objectives contained in the universal declaration on human rights and the charter of the United Nations.

Furthermore, the world anti-apartheid movement should prepare adequately for an important post-apartheid role. Such a role is dictated by the enormous socio-economic inequalities that will remain the legacy of apartheid and that cannot be addressed by a mere removal of apartheid legislation from the statute books.

Conference resolves that, within a year, a conference of the international anti-apartheid movement should be convened in South Africa to address these issues.

3. ON THE MOBILISATION OF FINANCIAL AND MATERIAL ASSISTANCE.

The international community should be mobilised to assist the ANC and its allies, the force that constitutes the main agent of political change in South Africa, by providing material and financial resources to help us realise the following objectives:

A) To empower the anti-apartheid forces to carry out the tasks of transforming South Africa from an apartheid to a democratic society. In this context, the people's army, Umkhonto We Sizwe, needs to be assisted in order to facilitate its future integration into a new National Army that will defend the country and the democratic order, while upholding the principles of the sovereignty of nations, regional stability and international peace and security;

B) To assist in the evolution of development policies that will address the socio-economic imbalances resulting from apartheid, through training and research;

C) To assist post-apartheid South Africa to eliminate these imbalances and meet the expectations of the people. In this regard, the ANC must encourage such initiatives as the establishment of a South African development bank along similar lines to the bank of reconstruction and development with regard to eastern Europe.

4. ON REGIONAL AND INTERNATIONAL COOPERATION.

The ANC, in pursuance of the objective of a democratic South Africa, must promote regional and international cooperation to meet the following perspectives:

A) Further to advance the struggle for the liquidation of the apartheid system and the transformation of South Africa into a non-racial and non-sexist democracy;

B) Actively to promote the objectives of democracy, peace, national independence, stability, development and prosperity, as well as promote Pan-African solidarity and mutually beneficial cooperation among the peoples. Committed to the view that South Africa and its people will live with the rest of the world in conditions of peace, friendship and cooperation.

C) To promote programmes directed at the protection of the environment;

D) To help create a world free of Nuclear and other weapons of mass destruction. In this regard, to seek to promote the objectives of Africa and the Indian ocean as nuclear-free zones and areas that would also be free of foreign military forces and bases.

E) To work towards the admission of the democratic South Africa in such organisations as the SADCC, the PTA, the OAU, the ADB, the Lome Convention, the non-aligned movement and the reestablishment of relations with the World Bank, the IMF and the United Nations.

5. ON ORGANISATIONAL MATTERS.

Conference resolves that the NEC should reactivate the commission on international affairs, bearing in mind the new situation, to ensure wider participation within the movement with regard to discussion of foreign policy questions.

Conference further resolves that all regional committees of the ANC should establish sub-committees on international affairs which would liaise with the department of international affairs on foreign policy questions.

ENDS

AFRIQUE DU SUD : l'« Inkathagate »

Sanctions à Pretoria

« J'ai vaincu les rouges et, maintenant, je rejoins les verts. » Le général Magnus Malan a ainsi dissimulé, derrière un trait d'humour, lundi 29 juillet, sa déception d'avoir été rétrogradé du poste de ministre sud-africain de la défense à celui de ministre du logement et des eaux et forêts. Au tableau de chasse du président De Klerk figure l'autre « faucon » du gouvernement, M. Adriaan Vlok, qui abandonne le portefeuille de la loi et de l'ordre pour celui, moins en vue, du budget et des prisons.

Il aura donc fallu qu'éclate au grand jour le scandale de l'« Inkathagate » - le soutien financier accordé par le gouvernement au parti à dominante zouloue de M. Mangosuthu Buthelezi - pour que les mouvements d'opposition noire, le Congrès national africain (ANC) en tête, obtiennent, enfin, la

mise sur la touche de ceux qui, depuis des années, leur menaient la vie dure aux commandes de l'armée et de la police.

Trop de mensonges, trop de non-dits ont conduit Pretoria à lâcher du lest, confirmant les soupçons et les accusations d'une opposition noire qui se sent, aujourd'hui, revigorée. En visite au Mexique, M. Nelson Mandela, le président de l'ANC, ne vient-il pas d'affirmer qu'en raison de sa « duplicité » dans l'affaire de l'Inkatha le gouvernement de M. De Klerk n'était plus qualifié pour conduire le pays vers la démocratie ?

Ce scandale, dévoilé par la presse, éclate au plus mauvais moment pour M. De Klerk, dont certains - à droite comme à gauche - n'hésitent pas à demander la démission et dont ses compatriotes attendent, sur le sujet, des explications claires.

L'affaire risque de compliquer les manœuvres préparatoires à la réunion d'une conférence constitutionnelle qui aura pour tâche d'imaginer les structures de la « nouvelle Afrique du Sud », libérée de l'apartheid.

Le temps paraît déjà lointain où MM. De Klerk et Mandela faisaient assaut d'amabilités. Mais deux hommes seuls peuvent-ils construire un nouvel avenir pour l'Afrique du Sud ? C'était un peu téméraire de le penser. Le chef de l'Etat n'est-il pas prisonnier d'une partie de la communauté blanche, qui s'est engagée à reculer sur le chemin des réformes et qui, pour survivre, a toujours essayé de diviser le monde noir ?

M. Mandela, qui prêche à travers le monde - aujourd'hui, en Amérique latine - le maintien des sanctions économiques contre Pretoria sans être bien

entendu, n'est pas, lui non plus, tout à fait libre de ses mouvements. Le président de l'ANC doit calmer l'impatience des militants les plus jeunes, qui rêvent d'en découdre avec le pouvoir blanc. Aussi n'a-t-il pas renoncé à exiger la formation d'un gouvernement intérimaire et la réunion d'une Assemblée constituante. Il a même évoqué un possible « retour à la lutte armée » si le chef de l'Etat « ne répond pas à [notre] attente ».

Cette crise de confiance n'est peut-être pas aussi profonde qu'il paraît, chaque partie cherchant, en début de négociation, à faire de la surenchère et à camper sur des positions de force. Il n'en demeure pas moins que la « mise au vert » du général Malan et de M. Vlok sonne comme une victoire pour l'ANC, qui ne l'attendait pas si tôt.

(Mercredi 31 juillet.)

Le Monde Dimanche 11 - Lundi 12 août 1991

AFRIQUE DU SUD : lors d'un rassemblement auquel participait M. De Klerk

Des affrontements entre des militants d'extrême droite et la police ont fait cinq morts

Au moins cinq personnes ont été tuées et une cinquantaine d'autres blessées, dans la soirée du vendredi 9 août, à Ventersdorp, dans la province du Transvaal, lors de violents accrochages entre la police et des militants d'extrême droite qui tentaient d'empêcher la tenue d'un rassemblement du Parti national, au cours duquel le président Frédéric De Klerk devait prendre la parole. Trois des cinq personnes tuées sont des membres du Mouvement de résistance afrikaner (AWB, néo-nazi) et les deux autres sont des Noirs, victimes des assaillants boers.

Les violences ont éclaté lorsque la police, espérant contenir les extrémistes, a lancé des grenades lacrymogènes. Les manifestants ont alors essayé de briser un des cordons de police, pour entrer dans la salle où se tenait la réunion. Les forces de l'ordre ont immédiatement riposté, tirant à balles réelles sur les membres de l'AWB. La scène est devenue encore plus chaotique, quand les extrémistes ont réussi à mettre hors d'usage le système électrique.

Dans l'obscurité, alors que les rues étaient noyées de gaz lacrymogène, les hommes de l'AWB se sont déchainés, crevant les pneus des voitures, brisant des vitres et tirant sur les minibus qui passaient dans le quartier, bondés de passagers noirs. Un groupe d'extrémistes a arrêté un taxi, forcé ses occupants noirs à en sortir, et commencé à

les battre. La police, qui tentait de les en empêcher, a essuyé des coups de feu.

C'est la première fois que des mouvements pro-apartheid utilisent des armes à feu contre la police. Les dirigeants de l'AWB - dont M. Piet Rudolph, arrêté au cours des échauffourées - ont affirmé que ces incidents marquaient le commencement du « soulèvement boer » (afrikaner). M. De Klerk, arrivé sur les lieux une heure plus tard, a déploré ces violences. « C'est un jour tragique pour l'Afrique du Sud », a-t-il commenté, s'indignant de voir des hommes « tirer sur les gardiens de la loi et de l'ordre, parce qu'ils font leur devoir ». - (AFP, AP, Reuter.)

□ **La branche armée de l'ANC réunie en conférence.** - L'aile militaire du Congrès national africain (ANC) est réunie, depuis vendredi 9 août, à Tohoandou, dans le nord-est du pays, pour débattre de sa transformation d'armée de guérilla en armée régulière, afin, a expliqué le président de l'ANC, M. Nelson Mandela, que « ses hommes puissent prendre la place qui leur revient au sein des forces armées d'une Afrique du Sud démocratique ». Quelque deux cent quarante délégués assistent à cette conférence, la première à se tenir en territoire sud-africain. - (AFP.)

South Africa

Man of integrity, revisited

President de Klerk hopes a cabinet reshuffle will stop his ministers' underhand dealings, but a lot more than politics lies behind the country's violence. Our South Africa correspondent reports from Johannesburg, our special correspondent from Natal

SHAKEN by the revelation that secret subsidies were paid to the Zulu-based Inkatha Freedom Party, President F.W. de Klerk must win confidence in his government, especially from the leaders of the African National Congress with whom he intends to negotiate a constitutional settlement. The ANC's leader, Nelson Mandela, has declared his outrage at the payments and Mr de Klerk's lack of repentance. But the two men have only each other to negotiate with.

Mr de Klerk has asserted on television that, until they were disclosed in the newspapers on July 19th, he was unaware that secret payments had been made to Inkatha in November 1989 and March 1990. But the payments were authorised by the foreign minister, Pik Botha, the most senior member of Mr de Klerk's cabinet, in response to a request from the minister of law and order, Adriaan Vlok. It is hard to imagine the ministers not telling their boss.

Since Mr de Klerk took office in September 1989, Pik Botha has been his intimate colleague. The payments to Inkatha were made just before and just after Mr de Klerk's momentous decision to unban Inkatha's rival, the ANC, and release its jailed leader, Mr Mandela. At that time both Mr Botha and Mr Vlok were members of the president's State Security Council. Even if the cabinet did not hear of the subsidies, it strains credulity to be told that the security council was not informed. The president's hallmark is thoroughness and attention to detail, marked by private meetings at which ministers spend two or three days weighing the implications of government decisions.

The letter of the law would have entitled Mr Botha to make covert payments from the foreign-affairs special account without informing the president or the minister of finance. Conspiracy theorists opine that the president and the foreign minister might have made a Machiavellian accord: Mr Botha would boost Inkatha without telling Mr de Klerk just how, while Mr de Klerk negotiated with the ANC as (in Mr Mandela's phrase) a "man of integrity".

As for Mr Botha's integrity, in mid-June he denied, with a show of indignation, that the government had given Inkatha secret subsidies. "It is totally and utterly untrue," he said. A month later Mr Botha admitted that the payments had indeed been made. In the cabinet reshuffle on July 29th the man of integrity retained as foreign minis-

ter the man who had told a flat untruth.

Mr de Klerk did, however, demote two other ministers at the centre of the row. Mr Vlok leaves the ministry of law and order to look after prison services and the budget, while the pugnacious minister of defence, General Magnus Malan, takes charge of water affairs and forests. ("I beat the reds, now I will take on the Greens", he said jovially.)

Now for the positive side. In his reshuffle Mr de Klerk has promoted some younger men, free of associations with his stern-faced predecessor, P.W. Botha. Hermanus Kriel, who takes over the law-and-order portfolio, is under 50, as is Roelf Meyer, who becomes minister of defence. By consulting senior ANC people about their ministries' work, they could help revive the idea of an interim partnership between the National Party and the Congress during the dangerous transition to non-racial government.

On two issues that the ANC regards as central, and on which it would certainly like to be consulted, the new ministers are the sort of people it could do business with: Sam de Beer, in charge of black education, and Leon Wessels, who as minister for provincial affairs and housing must try to cope with the dangerous spread of squatter camps. Such men, untainted by scandal, may help to rebuild some trust.

To promote that trust, Mr de Klerk has promised to outlaw future secret financing of political organisations, and to cancel all existing secret projects which appear to involve political fixing. But he spoiled it by inviting a committee of businessmen to advise him on the remaining secret projects. That will revive the suspicion inside the ANC that the government is not much more than the political arm of the moguls who command the economy.

Nasty in Natal

IN THE township of KwaMashu, just outside Durban, the battle lines are clear. One side of the road is lined by the burnt-out houses of Inkatha supporters. The other is ruled by the "comrades" of the African National Congress. Further on you enter the territory of an Inkatha-linked gang known as the Amasinyora (one of whose supporters has recently confessed to connections with the South African police). Just beyond is the

INTERNATIONAL

stronghold of Shabalala, a modern Zulu warlord. His people break political strikes and run the trade in guns and alcohol.

On a hill in this war zone is a stone house with a smashed roof. Its walls are covered in graffiti. The words "Mahatma Gandhi Printing Press" are inscribed above the doorway. Formerly a part of Phoenix Settlement, Gandhi's South African experiment in inter-racial living, the building has become another victim of the war between the ANC and Inkatha, which has claimed more than 6,000 lives since 1985.

Violence between rival black groups in South Africa was once labelled "black on black" and ignored. Now it is the main obstacle to political reform. Nelson Mandela, the president of the ANC, says he cannot start negotiating with a government that is fomenting violence in the townships. The government continues to protest that it is an innocent bystander. Precisely because the killing matters so much, its real causes are hard to identify.

Conservative whites give "tribalism" as the blanket cause for all inter-black fighting. "They were fighting each other before we got here, they will be fighting each other after we leave," was how a white businesswoman put it. In this view the violence between Inkatha and the ANC is no more than a fight between the Zulus, led by Chief Mangosuthu Buthelezi, Inkatha's leader, and the Xhosas, led by Mr Mandela, who is a member of a Xhosa royal family. This explanation is already working to the government's advantage. People who fear that South Africa will follow other African countries down the road of tribal warfare—Indians and fearful blacks included—are joining Mr de Klerk's National Party.

Others say that this sort of tribalism does not exist in South Africa—or that, if it does, it was provoked by the apartheid laws that uprooted millions of people and forced them to resettle in places where they had no way to earn a living. Inevitably, this caused havoc. Groups removed from one area to another are now fighting the original inhabitants (with whom they have no traditional quarrel) over grazing rights. Migrant workers, segregated by tribe into single-sex hostels, attack the residents of a nearby squatter camp who try to prevent them from going to work during a political boycott. Attacks inspire counter-attacks, as people living on top of one another compete for land, water and scarce services.

Explaining away the violence this way soothes South Africans who are happy to criticise old apartheid policies but want to give the country's present white or black leaders the benefit of the doubt. The ANC, however, insists that these local economic and ethnic conflicts matter far less than the role played by the South African police.

At the least, says the ANC, the police turn a blind eye to the fighting when it could be



More victims, more blame

stopped—especially when Inkatha people are attacking the ANC. The ANC complains that the South African government pays for the public services, including the police, of the "self-governing" state of KwaZulu, of which Mr Buthelezi is prime minister. It also accuses the government of giving guns directly to Inkatha activists. These claims, hitherto vehemently denied by the government, look plausible now that the government has owned up to its secret financial support of Inkatha.

Murder in the shadows

A somewhat different ANC allegation is that a "third force", perhaps connected to the police or army, is orchestrating the violence in order to destroy the peace talks or at least to discredit the ANC. Third-force groups have been accused of killing black politicians, attacking innocent people and burning down houses. Sometimes wearing Inkatha red headbands, these groups create fear and friction where there was none before. A former sergeant of the special forces alleges that this accounts for a recent, apparently random, attack on Johannesburg commuters. In Soweto last year an armed gang of unidentified men attacked a group of houses, killing the occupants. "They came on buses," says a survivor. "We had never seen them before, they didn't say why they attacked or who they were."

The ANC's allegations, even if they are all true, do not add up to a full explanation of the township violence. One cause of the fighting is that many blacks who do not belong to the ANC are scared by what it might do in government. David Ntombele, an Inkatha leader and self-described Zulu warlord from Elandskop, in Natal, says he hates the ANC: "If the ANC come to power, they

will take away my house because they are communists. They will rule us without law." In Elandskop, as in other parts of South Africa, the ANC comrades are indeed young radicals who want to overthrow "the system"—including the traditional tribal hierarchies and the jobs and possessions that go with it.

The "comrades" have certainly given people grounds to be afraid. In the past they have organised shop boycotts in the townships, then forced people who broke the boycotts to eat their purchases—whether food, paper or washing powder. They have organised "people's courts" and conducted necklacing campaigns against suspected traitors to the cause (placing burning rubber tyres round their victims' necks). The conflict is not Zulu against Xhosa (indeed most of the fighting in Natal has been Zulu against Zulu), but generational: a conflict between detribalised youths and an older generation anxious to maintain the authority of the chiefs, and property rights.

This, of course, is Inkatha's preferred version of events. Its spokesmen point out that, though the ANC leadership does not condone the excesses of the comrades, it has also failed to stop them. At best, senior people in the ANC seem powerless to control the young men on the streets. At worst, local leaders may be tolerating violence in order to destroy the traditional chiefs' authority.

Chief Buthelezi ties himself closely to the chiefs. Although denying that his party is a tribal movement, he hangs his chiefly pedigree (proving his descent from Shaka, the great 19th-century Zulu warrior) prominently outside his office in Ulundi. He says that Zulu "cultural weapons" (spears, swords, pangas) are used for ceremonial purposes only, but encourages his followers to carry them on political demonstrations. He wants to be a modern leader, with a role at the national level as well as in Natal, but evokes the Zulu warrior image when it is convenient. "Tradition" is part of the reason violence spreads so quickly in Zulu-dominated Natal. In Zulu tradition, an insult demands violent revenge.

In the end, it is sterile to seek a single cause for the bloodshed. Almost every time a victim describes an incident, the story is long and complicated. A local disagreement can become a pitched battle when guns are introduced from outside. A dispute over rural land can spread to urban districts because so many families are divided, and because the tradition of revenge is strong. An attack by persons unknown can cause ANC comrades to impose their rule with more force, which in turn leads to a reaction from the local supporters of Inkatha. Random violence leads to organised violence, political violence to criminal violence. Above all, people are easier to inflame when they live in constant fear.

Conheci-o durante este meu primeiro ano em Oxford. É um tipo tranquilo, tem um sorriso tímido e um olhar decidido. Foi militante do ANC e do Partido Comunista, é um sul-africano branco. Ouvi uma exposição dele acerca da África do Sul e impressionou-me a digna sobriedade com que sustentava os seus pontos de vista heterodoxos. Num relance descobri a personalidade invulgar que tinha pela frente: um reformista apaixonado, um moderado combativo, um tipo que simplesmente odeia obedecer e que critica publicamente o "apartheid" e o ANC apenas para cumprir o seu dever.

Encontrámo-nos dias depois ao almoço quase por acaso. Disse-lhe que ouvira a sua exposição e que gostara dela, talvez porque eu também tinha sido comunista. Julguei compreender o que ele dizia. Ficou um bocado à defesa a tentar decifrar quem eu era. O gelo foi-se quebrando lentamente e ao café já confiávamos um no outro.

Então ele contou-me a história dele e eu devo talvez omitir alguns detalhes. Chegou a altura do corte com o ANC e o Partido Comunista e isso passou-se assim: "Foi então que li a 'Sociedade Aberta e os Seus Inimigos' de Karl Popper e uma revolução aconteceu na minha vida. Descobri outro mundo e uma nova razão de ser para a minha existência. Mais tarde decidi vir para Oxford escrever um livro sobre uma alternativa demo-liberal para a África do Sul."

Isso não me surpreendeu inteiramente. No que ouvira dele pressentira a humildade intelectual e a exigência moral poppereanas. Mas não podia ter adivinhado até que ponto Popper tinha sido tão decisivo. Confessei então com alegria que o meu percurso era semelhante. Começara a romper com o marxismo atra-

vés da Raymond Aron e Ralf Dahrendorf, mas a grande revolução fora Popper. Quase caímos nos braços um do outro.

Expliquei-lhe também que conhecera Popper quase por acaso e que ele tinha a amabilidade de me aturar de vez em quando. Ia visitá-lo dentro de dias a sua casa, perto de Londres. Não fez um sinal de veneração e não ensaiou a menor proposta de negócio académico. Disse assim: "Se te lembrares, diz-lhe que há um camponês branco da África do Sul que voltou a nascer porque leu os livros dele."

"O que é que queres dizer com 'um camponês?'" perguntei-lhe. "Quero dizer simplesmente que é isso que eu sou. Um camponês que não tem carreira académica passada nem pretende ter futura. Vim aqui para aprender a escrever um livro. Depois voltarei a criar galinhas."

Lembrei-me subitamente da "Batalha Incerta", um livro de Steinbeck, talvez



João Carlos Espada

O camponês branco sul-africano que tenho pela frente não quer nada para ele, à semelhança do herói de Steinbeck. Ambos todavia querem muitíssimo: querem ser livres, ter orgulho na sua independência, não obedecer a ordens, não ter de aturar jogadas cretinas de basbaques sedentos de poder.

panfletário, que os meus pais me deram na adolescência. José Fernandes Fafe escreveu um dia um belo artigo no "Diário de Notícias" acerca dele. Havia um discurso fúnebre de um líder sindical em memória do companheiro caído durante a greve. Ele preparara um apelo demagógico para inflamar as massas, tirando partido da morte do amigo. Mas no último minuto a voz faltou-lhe e só conseguiu dizer a verdade: "Este gajo não queria nada para ele."

O camponês branco sul-africano que tenho pela frente não quer nada para ele, à semelhança do herói de Steinbeck. Ambos todavia querem muitíssimo: querem ser livres, ter orgulho na sua independência, não obedecer a ordens, não ter de aturar jogadas cretinas de basbaques sedentos de poder. Pensei isto num silêncio demorado, acendi lentamente um cigarro e desafiei-o a tomar um "whisky" às duas da tarde —

uma verdadeira hecatombe na nossa disciplina oxfordiana.

Bebemos quase em silêncio num "pub" das redondezas. Perto do fim ele pediu-me que lhe contasse como era Karl Popper. Fiquei embaraçado, sem saber por onde começar. Ele então perguntou-me se Popper ainda pertencia à sociedade liberal do Mont-Pélerin.

Isso ajudou-me a arrancar. Conte que fizera a mesma pergunta a Popper e que ele me respondera com alguma agressividade: "Há muitos anos que me desinteressei desse grupo. Só se preocupavam com os problemas dos ricos." Prosseguiu: "E só sabiam prezar o comércio livre. Ora, o comércio livre é certamente importante, mas está longe de ser tudo."

Depois lembrei-me da cena que Popper armara no Palácio da Pena, em Sintra, quando lhe disseram que tinha de fazer a visita em grupo. Com 85 anos saltou da cadeira, gritando: "Eu sou um individualista, não vou em rebanho atrás de um burocrata." E lá lhe deixaram visitar o palácio sozinho.

Sorrimos numa aprovação cúmplice. Finalmente expliquei-lhe que Popper era invulgarmente afável, mas desconfiado. Antes de me admitir em sua casa fizera várias perguntas estranhas sobre o meu modo de vida. A dada altura quis insistentemente ver o meu carro. Quando lhe mostrei um pinguinhas amolgado, sorriu com alívio, bateu-me nas costas e nunca mais me perguntou nada.

Nessa altura rimos com prazer. Depois seguimos os nossos caminhos. Não voltei à biblioteca dessa tarde. Deambulei pelas ruas de Oxford e mandei às urtigas uma tarde de estudo. Ocorreram-me no entanto muitas ideias e algumas delas parecem-me boas: ainda há tipos que querem aprender nas universidades, e criar galinhas pode ser um modo de vida atractivo. ■

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 6 AGOSTO 1991

África do Sul

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE AGOSTO DE 1991

Novas revelações comprometem Governo e Inkatha

**David Beresford
em Joanesburgo**

O GOVERNO sul-africano de F.W. De Klerk mostra-se incapaz de se libertar do escândalo «Inkatha-gate», à medida que vão surgindo novas revelações sobre o apoio secreto das forças de segurança a Buthelezi, o chefe conservador zulu, e ao seu papel como incitador da violência política.

O escândalo, que afectou gravemente a credibilidade do Presidente De Klerk, prosseguiu esta semana com novas provas que indiciam que o exército sul-africano deu instrução militar a membros do Inkatha, posteriormente utilizados para executar assassínios políticos.

Estas revelações são particularmente embaraçosas para De Klerk, pois vêm contradizer as declarações prestadas ao país na passada semana de que a única ajuda militar a Buthelezi fora o treino para «protecção de personalidades públicas» mi-

nistrado a 150 membros do Inkatha.

A instrução foi realizada em 1986, numa base secreta dirigida por militares sul-africanos na faixa de Caprivi — parte da Namíbia que ficou sob o controlo da África do Sul. Mas de acordo com declarações prestadas sob juramento por zulus que receberam esse treino na base, foi-lhes ministrada instrução para ataques de guerrilha urbana e não para protecção de personalidades. E quando regressaram à África do Sul, foram utilizados no ataque a «inimigos» identificados do Inkatha, particularmente os que se tinham tornado suspeitos de apoiar o ANC.

Na sua declaração — prestada no ano passado — um dos recrutas descreveu como em determinada altura foi abordado por um membro do Gabinete de Buthelezi, no bantustão de KwaZulu, que lhe pediu que matasse dois adversários políticos em troca de 5 mil rands e um automóvel. O ministro, Samuel

Jamile, foi condenado à prisão por homicídio no princípio do ano. Durante o julgamento, as duas pessoas perseguidas por Jamile apresentaram provas de que tinham sido efectivamente objecto de uma tentativa de homicídio.

As revelações sobre instrução militar a assassinos do Inkatha alimenta as suspeitas crescentes de que a violência nas cidades-satélite, que se fez sentir durante 18 meses e quase lançou a África do Sul numa guerra civil, foi fomentada deliberadamente pelas forças de segurança. Sucessivas fugas de informação a partir da polícia e do exército, e que foram publicadas pela imprensa, dão a entender que tudo isto faz parte de uma conspiração das forças de segurança que, adaptando tácticas desenvolvidas nas guerras civis da Namíbia e de Moçambique, tinha o objectivo de enfraquecer o ANC e garantir que não conseguisse ganhar o poder num cenário constitucional de pós-«apartheid».

Entretanto, o chefe Buthelezi regressou esta semana de uma viagem empreendida ao estrangeiro — no seguimento das revelações de que o Inkatha tinha recebido fundos secretos das forças de segurança — tendo esclarecido que continuaria a participar na luta pelo poder político. «Escândalo, mas que escândalo?», perguntou aos jornalistas que o esperavam no aeroporto de Joanesburgo, onde o esperavam também 1000 zulus que cantavam e dançavam. Insistindo que o único erro cometido pelo Inkatha fora o de aceitar em segredo os fundos da polícia, em vez de o fazer abertamente, afirmou que a polémica era fruto da «intolerância e da hipocrisia».

Buthelezi avisou que o Inkatha não ia ficar sentado à espera, enquanto o Governo e o ANC decidiam o futuro da África do Sul. Informou que tinha enviado um convite a Nelson Mandela propondo uma reunião entre os executivos do ANC e do Inkatha.

Entrada na Soporcel tem contrapartida

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE AGOSTO DE 1991

Anglo American 'premiada' com Somincor

A ANGLO American Corporation (AAC) vai mesmo comprar a participação de 42,8 por cento que a Wiggins Teape Appleton detém na Soporcel. Hugo Jesus, do conselho de administração da papelreira, disse ao EXPRESSO que «as negociações estão bem encaminhadas, tudo apontando para que a decisão final possa ocorrer entre meados de Setembro e o mês de Outubro».

A grande novidade deste negócio reside, contudo, no facto da transacção poder implicar, como contrapartida, a entrada do grupo sul-

africano no capital social da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) e, por consequência, participar na gestão da Somincor, a sociedade mineira que explora as minas de Neves Corvo. Mantida em segredo, esta hipótese foi confirmada ao EXPRESSO por fonte conhecedora de todo o processo de negociações, que preferiu manter o anonimato.

Confrontados com esta questão, tanto o conselho de administração da EDM como o da Somincor afirmam desconhecer o interesse da AAC. No entanto, a verdade é que é pouco per-

ceptível o investimento da AAC na Soporcel, a não ser à luz de uma provável entrada na gestão da EDM. Acresce ainda que a estratégia desta empresa sul-africana não tem passado tanto pela diversificação das suas áreas de actuação — embora detenha 49 por cento da papelreira austríaca Neusidler —, mas sim pelo reforço da sua posição no sector mineiro europeu, atra-

vés de negócios efectuados pela sua «holding» Minorco, com sede no Luxemburgo. Foi aliás esta mesma Minorco que, em finais do ano passado, adquiriu 80 por

cento do capital social das minas da Panasqueira, cuja exploração principal é o volfrâmio.

Refira-se que a primeira avaliação da EDM — detentora de 51 por cento do capital social da Somincor — já foi efectuada,

decorrendo agora a sua actualização, permitindo que o documento final seja entregue ao Executivo saído das eleições de Outubro. Segundo um membro do conselho de administração desta empresa contactado pelo EXPRESSO, embora a privatização da EDM não seja considerada prioritária, «ela poderá ter lugar em 1992 e este Governo encara com interesse a participação de um grupo estrangeiro no capital social da empresa». Este gestor adianta que a abertura do capital da EDM não ultrapassará os 20 a 25 por cento.

desmentindo também qualquer relação entre esta privatização e a Somincor: «uma coisa não tem rigorosamente nada a ver com a outra — sublinha — e a eventual participação da AAC na EDM não lhe dará comando sobre a Somincor». Uma outra fonte conhecedora das negociações, é mesmo mais eloquente, garantindo que «a EDM nunca deixará de ser maioritariamente controlada pelo Estado».

Apesar destas promessas, o EXPRESSO conseguiu apurar que até ao momento quatro grupos estrangeiros

demonstraram já interesse nesta operação de privatização, tendo contactado para o efeito a EDM. Para além da AAC que, como tudo indica, deverá concorrer através da Minorco, estão também na corrida os franceses da BRGM, um grupo canadiano e a Rio Tinto Zinc, empresa que detém 49 por cento do capital da Somincor e é representada em Portugal por Álvaro Barreto. A encerrar este «puzzle» de interesses cruzados, lembre-se que o antigo ministro da Agricultura é também presidente do conselho de administração da Soporcel.



Álvaro Barreto: Interesses cruzados

De Klerk ganhou aos «securocratas»

É ainda muito cedo para concluir se a remodelação ministerial que o presidente De Klerk levou a cabo na semana passada foi uma vitória ou uma derrota. À primeira vista parece ter sido uma cedência às pressões externas, particularmente sensível porque ocorreu numa altura em que o ANC exigia insistentemente as demissões dos ministros da Defesa e da Lei e da Ordem.

Mas para o próprio De Klerk a sua iniciativa foi sem sombra de dúvida uma vitória, principalmente sobre os «securocratas», já que ele transferiu o controverso general Malan da pasta da Defesa — que ocupava há décadas — para as Florestas e Recursos Hídricos sem consultar previamente a poderosa instituição militar e suas ramificações civis.

As relações do presidente com Magnus Malan tiveram duas leituras desde Fevereiro do ano passado, consoante os observadores. Para uns, o general era uma pedra fundamental na estratégia política de De Klerk, cabendo-lhe a tarefa de manter a defesa nacional livre de brechas (para o melhor e para o pior) enquanto a liberalização política seguia o seu rumo com todos os riscos daí inerentes. Para outros, Malan era muito mais um embaraço do que um aliado para De Klerk, afirmando-se que as frequentes chacotas que o general dirigia ao ANC e ao seu braço armado criavam «mau clima» à mesa das negociações. Nesta perspectiva, na sequência do escândalo que ficou conhecido por «Inkathagate» e na iminência de divulgação de novas provas de envolvimento de sectores das forças de segurança na violência, o chefe do governo não só se livrou do general Malan e do ministro Vlok, como colocou nos seus lugares duas personalidades identificadas com o espírito anunciado no Parlamento sul-africano há 18 meses atrás.

A pasta da Defesa foi entregue com alguma surpresa a Roelf Meyer, de 44 anos, geralmente apontado como um moderado que fez um bom trabalho na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Constitucional. A sua nomeação não agradou aos falcões do aparelho militar, apesar da ausência de contestação.



Mandela (ANC) e Buthelezi (Inkhata) no tempo dos sorrisos

Hernus Kriel transitou do Planeamento Provincial e Habitação para a Lei e a Ordem.

A sua actividade nos assuntos de Planeamento Urbano caracterizou-se pela abertura de oportunidades aos que rumam dos campos para as cidades instalando bairros clandestinos que são objecto da fúria das populações residentes, brancas e negras. Terrenos foram disponibilizados, e a Lei dos Despejos foi flexibilizada em casos concretos de flagrante injustiça.

Para o general Magnus Malan, resta-lhe a consolação de ter dirigido praticamente durante o espaço de uma geração a máquina militar mais eficiente da África do Sul ao Sahara.

O eterno «CowBoy» despediu-se dos seus colaboradores directos com a frase: «Derrotei os vermelhos, vou agora tratar dos verdes». original até ao fim...

ANC: novo fôlego

Desde o dia em que rebentou o «Inkathagate» que Nelson Mandela se encontrava em digressão por Espanha e diversos países da América Latina. E logo nos seus primeiros discursos no estrangeiro foi visível que Mandela não deixou fugir a oportunidade dada pela revelação dos fundos governamentais ao Inkatha para assumir a liderança do processo negocial.

Para o topo da lista de exigências passou imediatamente a formação de um governo interino e, para o velho líder, «daqui não saio, daqui nin-

guém me tira» — posição que há menos de um mês o ANC não tinha força para assumir. O Congresso Nacional Africano vê aí uma hipótese de agarrar um poder que pode muito bem não lhe vir a fugir nos anos mais próximos, seja qual for a solução negociada. Mas a sua «tournée» não foi, como é hábito, isenta de fiascos.

Em Cuba, Mandela cometeu todos os erros que um líder a precisar da Comunidade Internacional não deveria cometer. Num *mano-a-mano* com Fidel Castro, Mandela desfiou todo o rosário de crimes do capitalismo e salientou «a grande luz que a revolução cubana representou para os povos». No Brasil, como afirmou uma investigadora de cultura latina da Universidade da Unisa, Zelia Roelof, Nelson Mandela «preferiu andar de palácio em palácio pedindo sanções, enquanto as organizações negras que tinham coisas para contar sobre o racismo no Brasil eram mantidas à distância pela polícia».

Na primeira conferência de imprensa concedida após regressar a Joanesburgo, na quarta-feira, Mandela enfatizou a exigência da formação do governo provisório, como era previsível. Isto enquanto os mais cépticos continuam a perguntar de onde vieram os 3 milhões de randes que custou a mansão onde se instalou há poucas semanas o presidente honorário do ANC, Oliver Tambo, num bairro de VIP's às portas de Joanesburgo.

António Pina,
em Joanesburgo

África do Sul

Mandela a pensar no futuro

Jorge Heitor

Nelson Mandela fala já muitas vezes como se estivesse certo de, dentro de poucos anos, vir a ser o Presidente da República da África do Sul. E a imprensa continua a divulgar pormenores do "Inkathagate".

O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, convidou ontem os quadros do ramo armado do seu movimento a estarem prontos para virem a ocupar "o lugar que lhes cabe nas Forças Armadas de uma África do Sul democrática".

Mandela, que falava em Tohoyandou, capital do bantustão Venda, perante 200 quadros do Umkhonto We Sizwe (Lança da Nação), afirmou que enquanto guardiães das "tradições democráticas" o ANC e o seu ramo armado devem preparar-se para a reestruturação deste último, com vista à sua integração nas Forças Armadas do futuro.

Nelson Mandela não especificou quando é que deverão ser a mencionada integração, mas insistiu na reivindicação de um "Governo interino" que tenha sob a sua alçada todos os militares e polícias do país, admitindo-se em meios officiosos que tal espécie de Governo possa vir a ser uma realidade dentro de sete a 10 meses.

O Governo de Unidade Nacional preconizado agora pelo ANC e por outras forças políticas da África do Sul aprovaria uma carta provisória dos direitos humanos e organizaria elei-



O líder do ANC é normalmente optimista

ções para uma Assembleia Constituinte.

Mandela afirmou ontem que as autoridades encarregadas de toda a transição do apartheid para a democracia teriam "o apoio esmagador de uma maioria dos sul-africanos", que são perto de 40 milhões (entre negros, brancos, mestiços e indianos).

Tempo de negociação

O líder do ANC, movimento criado em 1912, tal como o Partido Nacional, actualmente no poder, observou que as modalidades de formação do previsto Governo de Unidade Nacional po-

derão vir a ser negociadas entre "todos os actores do jogo político sul-africano", presumindo-se que isso se verifique a partir a partir de Setembro (quando assentar a poeira do escândalo que foi designado "Inkathagate").

Nelson Mandela disse que ninguém se deve considerar excluído do processo de formação do almejado Governo, que sucederá a uma série de executivos apenas constituídos por membros do Partido Nacional.

No entanto, para além de falar do futuro em termos conciliadores, o velho prisioneiro de Robben Island não se esqueceu de mencionar os diversos apoios que ao longo dos anos foram da-

dos ao ANC por países de orientação socialista.

Depois de uma menção especial ao facto de a Argélia ter treinado os primeiros guerrilheiros do seu movimento, prestou homenagem aos países da Linha da Frente, designadamente a Angola e à Tanzânia, que deram refúgio aos militares que combatiam o sistema de apartheid.

Para além disso, agradeceu à União Soviética, a Cuba, à antiga República Democrática Alemã e à China "o excepcional contributo" dado para o treino e a modernização do braço armado do ANC.

Os laços com regimes marxistas são precisamente um dos pontos fracos do movimento que diz contar com o apoio da maioria do povo sul-africano e que aspira a ser poder, dentro de alguns anos.

Enquanto Mandela assim fala, traçando a ponte entre o passado e o futuro, a imprensa continua a revelar pormenores das diversas formas utilizadas pelo Governo e pelas Forças Armadas para ajudar o Partido Inkatha a tornar-se uma alternativa credível ao ANC.

O semanário liberal "Weekly Mail" apresentou ontem testemunhos de que o Exército da África do Sul treinou elementos do Inkatha para operações do tipo comandos contra o Congresso Nacional Africano.

Segundo a reportagem daquele jornal, membros do partido de Mangosuthu Buthelezi foram treinados tanto no bantustão do Kwazulu como na Namíbia (presumivelmente antes de este último país se ter tornado independente, há 16 meses) para acções contra o ANC na província do Natal. E isso ajudaria a explicar pelo menos uma parte da violência a que nos últimos anos se tem assistido na África do Sul. ■

André Thomashausen*

“Inkathagate” – A derrota tornou-se vitória

UM DIA ANTES de, a 18 de Julho passado, as notícias do escândalo do Inkatha virem a público, o presidente do ANC, Nelson Mandela, e o Presidente, F. W. de Klerk, tiveram uma reunião de trabalho alargada. Parece certo que o escândalo Inkatha e as suas implicações, tornadas públicas no dia seguinte pelo “Weekly Mail”, foram integralmente discutidos pelos dois líderes. Para Nelson Mandela, a ocasião era perfeita, dado que partia no dia seguinte para a sua visita à América do Sul, o que lhe poupava a necessidade de se envolver activa e directamente nos debates públicos do “Inkathagate”.

Três semanas mais tarde, após o regresso de Nelson Mandela do estrangeiro, todo o significado do escândalo Inkatha se torna claro. A via para uma nova ordem na África do Sul fora completamente ensombreada pelas trágicas lutas pelo poder iniciadas em meados de 80. O Inkatha, uma força que nem o próprio Governo considerara com importância suficiente para as negociações, decidira tornar-se indispensável ao comprometer o ANC naquilo que melhor se pode descrever como guerras civis regionalizadas. Cerca de seis mil pessoas morreram em poucos meses.

Não há dúvida de que o Inkatha encontrou apoiantes e aliados nesta estratégia de desespero, e foi agora oficialmente admitido que parte desse apoio veio de pelo menos uma das facções do Governo. Os conservadores rejubilaram com a perspectiva de neutralizar o ANC, com a ajuda do Inkatha. Em Washington, o Inkatha já era visto como uma potencial UNITA da África do Sul, e os planos de substancial financiamento do mesmo surgiram. O movimento mudou o seu nome para Inkatha Freedom Party (IFP), e conheceu um grande impulso em termos de prestígio nacional e internacional.

Para o ANC, o emergir do Inkatha tornou-se um obstáculo de vulto para o início efectivo das negociações sobre a futura Constituição. O ANC sempre acreditou que a nova força do Inkatha resultava de uma conspiração do velho “aparelho de segurança”, ou, como por hábito os denominava, dos “segurocratas” do tempo do Presidente P. W. Botha. Tal como para qualquer movimento de libertação africano, a intensificação do divisionismo étnico e do tribalismo era inaceitável.

Os delegados à Conferência do ANC em Durban, no início de Julho, expressaram a sua insatisfação de forma muito clara: ao votarem maciçamente nos candidatos de “linha dura” ao Comité Executivo Nacional, instruíram as cúpulas para não se comprometerem na “li-

bertação” aceitando, no âmbito do processo negocial, a partilha do poder com o Inkatha. Na sequência do Congresso, o Governo sul-africano teve pura e simplesmente que admitir que não haveria negociações dignas desse nome enquanto o Inkatha prosseguisse no alargamento do seu feudo de fidelidades e “armas tradicionais”. E sem negociações, não haveria admissão ao FMI, financiamento estrangeiro, nem um verdadeiro acesso aos mercados internacionais.

A reputação e as expectativas do Inkatha e do seu corajoso líder, Buthelezi, tinham de ser sacrificados, e a influência na conspiração dos velhos “segurocratas” refreada. Os sempre bem intencionados e entusiásticos intelectuais de esquerda, cujo lar é o “Weekly Mail”, podiam ser tranquilizados quanto à lisura da execução do plano. Tanto o Presidente, De Klerk, como o presidente Nelson Mandela emergiam como vencedores.

Com a sua reacção e a devida remodelação do Governo, De Klerk reforçou a sua reputação como um dos maiores e mais íntegros líderes do mundo e Nelson Mandela, ao reafirmar o empenho do ANC nas negociações, tomou a iniciativa de um homem que porá a responsabilidade nacional acima dos interesses partidários. A 9 de Agosto, o Governo pôde finalmente anunciar uma abertura na questão das negociações. Parece certo que as negociações formais terão início num futuro muito próximo, e conforme o inicialmente previsto em Fevereiro de 1990, ou seja, apenas entre o Governo e o ANC.

A repercussão do “Inkathagate” parece pois ter-se convertido, de escândalo, em abertura. Porém, tal como em qualquer outra estratégia demasiado sofisticada, o novo rumo não deixa de ter alguns riscos extremamente elevados. Por um lado, a desgraça de Buthelezi conduzirá todos os africanos moderados, incluindo os chefes tradicionais e nacionalistas, ao seio do ANC. Por outro, dentro deste, o MK, sua facção armada, verá com desconfiança a nova “détente”.

E finalmente, os conservadores e a extrema direita sul-africana aproximam-se rapidamente do ponto em que tentarão derrubar o Governo com um golpe. Para já, verifica-se um aumento alarmante de manifestações quotidianas de racismo, em que o “apartheid” se mostra longe de estar morto.

Em De Aar, o chefe de um bando da AWB [movimento de resistência boer] apenas teve de pagar uma multa de 50 rands por ter atacado e espancado crianças da escola primária que nadavam na piscina municipal, enquanto o dono de uma oficina que cozera literalmente um aprendiz negro até à morte numa caldeira de ácido, por alegadamente o rapaz ter roubado peças sobresselentes, escapou também com uma multa, depois de explicar que apenas quisera ensinar um preto a não roubar. ■

(*) professor da Universidade de Pretória, especialista em Direito Constitucional

«Terceira guerra dos Bóeres»

O DIRIGENTE neofascista Piet «Skiet» Rudolph considerou ontem que o Presidente Frederik de Klerk entrará na história como o homem que desencadeou a terceira guerra dos Bóeres, depois dos confrontos entre militantes do Movimento de Resistência Africânder (AWB) e as forças de segurança do Governo de Pretória.

Na sua declaração, Rudolph prosseguiu: «De Klerk será agora conhecido como o carrasco de Ventersdorp» (nome do bastião dos extremistas, no Transval, onde ocorreram os incidentes). Veio à procura de confronto, e utilizou o pretexto de ser protegido por dois mil polícias para os fazer atirar sobre nós.»

O AWB previu um «enterro de heróis» para os dois militantes do movimento mortos durante os confrontos registados no comício do Presidente de Klerk.

A Polícia de Ventersdorp, precisando que 24 dos seus veículos ficaram danificados, declarou ter sido forçada a atirar para se defender dos comandos do AWB, fortemente armados. «De Klerk estava prevenido de que não o queríamos aqui e de que a sua presença desencadearia uma tragédia. Mas foi insensível a isso», acrescentou Rudolph.

O porta-voz do ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, capitão Craig Kotze, declarou que o ministro tinha estado em contacto com os dirigentes extremistas durante as violências, e que estes só decidiram pôr fim aos combates após a libertação de seis militantes do AWB que haviam sido detidos.

No entanto, os seis homens foram acusados de actos de violência e o inquérito policial poderia conduzir a outras detenções, disse o porta-voz.

Os confrontos de Ventersdorp poderão conduzir ao lançamento de uma guerra civil pelos Africânderes, considera o analista político Willem Kleynhans, que acrescenta: «Após anos de lavagens ao cérebro, os brancos não estão preparados para aceitar o fim do *apartheid*.» Em sua opinião, a direita branca tem agora a impressão de que deve «bater-se pela sua sobrevivência», tornando de momento o país «ingovernável».

Os militantes da extrema-direita tinham declarado em Junho passado, após um incidente com a Polícia, que iriam passar a uma nova etapa daquilo a que chamaram o «levantamento bóer», para «destruir a ameaça De Klerk-Mandela».

PÚBLICO DOMINGO, 11 AGOSTO 1991

Confrontos entre ultranacionalistas brancos e a polícia sul-africana

A 'terceira guerra boer'

Paulo Moura

Pela primeira vez na África do Sul os ultranacionalistas brancos abriram fogo sobre polícias brancos, marcando "o início do levantamento boer" contra o "traidor" De Klerk. Este declarou que a violência não impedirá o prosseguimento das reformas e Mandela pediu a interdição do movimento neonazi.

Extremistas brancos pró-"apartheid" atacaram, na noite de sexta-feira, as forças policiais sul-africanas responsáveis pela segurança de um comício do Partido Nacional (PN), no poder, com a presença do Presidente De Klerk, provocando pelo menos cinco mortos e 50 feridos.

Segundo a Polícia, três das vítimas mortais eram membros do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), grupo neonazi dirigido por Eugene Terre Blanche. As outras duas eram negros que foram atacados pelos cerca de dois mil militantes de extrema-direita, quando se dirigiam para o comício do PN em Ventersdorp, um dos bastiões dos movimentos pró-"apartheid".

De acordo com jornalistas presentes, os comandos do

AWB, usando bóinas com uma cruz gamada estilizada, revólveres à cintura e bastões nas mãos, começaram por atacar com pedras os autocarros que transportavam negros para o comício. Depois, insultaram os polícias e pintaram "grafitis" nas suas carrinhas, antes de se terem lançado ao ataque dos próprios agentes, tentando romper o cordão de segurança e penetrar no recinto onde De Klerk proferia o seu discurso.

De início, tudo indicava que os prosélitos de Terre Blanche se preparavam apenas para uma das habituais paradas do seu "exército", afirmam os jornalistas das agências internacionais que estavam no local. Mas, subitamente, o secretário-geral do AWB, Piet "Skiet" Rudolph, avançou sobre o cordão de segurança agredindo um dos cães polícias com um bastão de "baseball". Os seus adeptos, a maioria dos quais tinha notoriamente bebido em exagero, começaram em seguida a lançar pedras e granadas de gás lacrimogéneo contra os polícias. Estes ripostaram primeiro com canhões de água e, depois, com fogo real, segundo testemunhas.

Rudolph, que saiu recentemente da prisão, beneficiando de uma amnistia para os presos políticos, afirmou ontem em Ventersdorp, quando os confrontos acalmaram: "O que assistimos aqui esta noite é apenas o início do levantamento boer", acrescentando: "A partir de hoje, De Klerk será conhecido como o carneiro de Ventersdorp. De Klerk está a pedir uma guerra. Não podemos fa-

zer mais nada senão retaliar".

Várias outras organizações de extrema-direita declararam entretanto estar ao lado de Eugene Terre Blanche e anunciaram que a "terceira guerra boer" começou em Ventersdorp para destruir a ameaça De Klerk-Mandela". (As duas guerras dos boers foram travadas contra as tropas britânicas no fim do século XIX e no início do século XX).

Apelo aos conservadores

Enquanto no exterior prosseguiam os recontros entre a Polícia e os militantes neonazis, o Presidente De Klerk declarava no comício que "a África do Sul não pode escapar às reformas fundamentais e à mudança. A velha África do Sul não pode continuar assim". De Klerk esclareceu também que não tinha "vindo a Ventersdorp para causar distúrbios", mas porque a visita estava prevista há muito tempo. Além disso, acrescentou "trata-se do direito do chefe de Estado de falar onde o desejar".

No seu discurso, o Presidente apelou por outro lado aos simpatizantes da direita legal — do Partido Conservador, pró-"apartheid", com representação parlamentar — para não se deixarem influenciar pela extrema-direita agressiva. Segundo os jornais sul-africanos, os militantes do AWB, quando atacaram o comício do Partido Nacional vinham de uma reunião do Partido Conservador, que se tinha realizado nas imediações.

Andries Treurnicht, líder do Partido Conservador, parece no

entanto aproximar-se cada vez mais das posições do movimento paramilitar. Ontem declarou que "a atmosfera de guerra" em Ventersdorp constitui "um acto de provocação extrema" em que o Presidente De Klerk "é o problema". A culpa, segundo Treurnicht, é da "arrogância [de De Klerk] de querer roubar os direitos aos brancos".

De Klerk foi também ontem acusado pelo presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, de "ter uma parte da responsabilidade" nos acontecimentos sangrentos de Ventersdorp. Falando à imprensa em Tohoyandou, capital do bantostão negro de Venda, Mandela afirmou que a extrema "paciência" de que o poder tem dado mostras face a uma organização "que defende ideias fascistas e a supremacia branca" mostra que Pretória usa as actividades da extrema-direita para "enfraquecer" o ANC. Para Mandela, essa "paciência" constitui um "perigo para o processo de negociações", pelo que o AWB "deveria ser interdito" se recusar "abandonar os seus ideais racistas e o seu recurso à força bruta".

Na opinião de um analista político sul-africano, Willem Kleynhans, os incidentes de Ventersdorp poderão desencadear uma guerra civil lançada pelos afrikaners. "Depois de anos de lavagem ao cérebro, os brancos não estão preparados para o fim do 'apartheid'", explicou. Na direita branca há agora a ideia de que tem obrigação de "se bater pela sua própria sobrevivência", tornando o país "ingovernável", acrescentou. ■

Correio da Manhã - 11/08/91

Dois mortos e 48 feridos na África do Sul**Neonazis
e Polícia
confrontam-se
na rua**

A Polícia trava o caminho aos neonazis (Telefoto AP/Lusa/CM)

Dois mortos e 48 feridos é o balanço oficial de confrontos registados na localidade sul-africana de Ventersdorp, entre as forças da ordem e militantes da organização neonazi Movimento de Resistência Afrikander (MRA) na noite de sexta-feira.

Segundo informou um porta-voz do Ministério da Lei e da Ordem, a polícia lançou já um inquerito de grande envergadura sobre os acontecimentos, que tiveram lugar no exterior do edifício onde discursava o presidente sul-africano, Frederik de Klerk, durante uma reunião local do seu partido, o Partido Nacional (PN), no poder.

Segundo testemunhas, a Polícia foi forçada a usar gas lacrimogéneo para dispersar os activistas de extrema-direita, que envergavam fardas do seu movimento. Depois de forçarem caminho entre vários cordões de polícias, os extremistas esbarraram com um forte contingente de agentes armados.

Os jornalistas e polícias que se encontravam no local haviam inicialmente referido, num primeiro

balanço, a existência de cinco mortos, três membros do MRA e dois negros atacados pelos militantes neonazis.

A Rádio oficial, que citou fontes policiais, confirmou ontem a morte de pelo menos três pessoas, mas desmentiu que dois negros tivessem sido mortos.

Segundo o porta-voz, 36 brancos, dos quais oito polícias, e 12 negros, atacados pelos membros do MRA, ficaram feridos.

Por outro lado, um porta-voz dos MRA declarou ter conhecimento de apenas dois mortos, mas não referiu as suas identidades nem confirmou se se tratava de activistas do seu movimento.

Ventersdorp, uma cidade rural a 300 quilómetros de Joanesburgo, é um reduto dos grupos conservadores, sobretudo do MRA, que se opõem às reformas iniciadas por De Klerk e apoiam o regresso à política de linha dura do "apartheid" na África do Sul.

12/AGOSTO/1991

O Comércio do Porto

NA ÁFRICA DO SUL

**EXTREMA-DIREITA PREPARADA
PARA ENFRENTAR O GOVERNO**

O presidente de um movimento de extrema direita disse ontem que o Governo sul-africano já não pode garantir a segurança nacional e anunciou estar preparado para lutar tanto contra as autoridades de Pretória, como no Congresso Nacional Africano (ANC).

Eugene Terreblanche, presidente do Movimento de Resistência Afrikander (MRA, Pró-Apartheid) disse que os três

mortos e as dezenas de feridos ocorridos na noite de sexta-feira em confrontos com a polícia «tornaram a luta inevitável».

«Estamos preparados para uma revolução e para lutar», disse Terreblanche numa conferência de Imprensa em Pretória. Terreblanche exigiu ao presidente sul-africano, Frederik de Klerk, a realização de eleições no país, «mas só para

brancos» para que a minoria branca possa dar a sua opinião sobre as reformas empreendidas pelo chefe de Estado da África do Sul.

O movimento não é considerado suficientemente forte para se tomar numa ameaça séria ao Governo, mas tem o poder para efectuar operações de sabotagem e desestabilizar as reformas de de Klerk.

O presidente do ANC, Nel-

son Mandela, disse que o Movimento de Resistência Afrikander deveria ser «desmembrado se não mudar a sua atitude radical».

Instado para comentar as declarações de Mandela, Terreblanche disse: «digam a Nelson Mandela que nós nos iremos encontrar pela força e vamos baixá-lo ao nível que ele tem, não vamos entregar-lhe o país».

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 DE AGOSTO DE 1991

Militares do ANC a favor do diálogo

A ALA MILITAR do Congresso Nacional Africano (ANC) renovou ontem em Tohoyandou (Nordeste do país) o seu «apoio sem reservas» ao processo de negociações entre o movimento nacionalista negro e o regime sul-africano do Presidente Frederik de Klerk.

Após uma conferência histórica de três dias na capital do bantustão negro de Venda, na sua primeira reunião legal em solo sul-africano, a Umkhonto we Sizwe (MK, Lança da Nação) também solicitou «por unanimidade» à direcção do ANC que mantenha Chris Hani no posto de chefe do Estado-Maior da MK. Na semana passada, o ANC tinha revelado que o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), seu aliado, lhe pedira para «libertar» Hani das suas funções no ANC a fim de que pudesse consagrar-se inteiramente ao SACP, de que é um dos principais dirigentes.

Durante uma conferência de Imprensa, na qual participaram doze comandantes da MK, Hani apelou para os sectores «democráticos» das Forças Armadas sul-africanas a fim de que iniciem o diálogo com a MK, com o objectivo de «isolar» os elementos mais conservadores.

A conferência terminou por uma breve alocução do presidente honorífico do ANC, Oliver Tambo, na presença de Nelson Mandela, comandante supremo da MK e presidente do ANC.

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 12 AGOSTO 1991

Sul-africanos preparam negociações

A ALA militar do Congresso Nacional Africano (ANC) esclareceu ontem que «apoia sem reservas» o processo negocial, para definição clara do futuro da África do Sul.

Ao terminar uma conferência de três dias em Tohoyandou, capital do bantustão Venda, a «Umkhonto we Sizwe» (Lança da Nação) desfez os receios de que não aceitasse de bom grado negociações entre o ANC e o Partido Nacional, há 43 anos no poder.

Por outro lado, pediu à direcção do ANC que mantenha Chris Hani no lugar de chefe do Estado-Maior daquela ala militar.

Na semana passada, o Congresso Nacional Africano revelou que o Partido Comunista, seu aliado, lhe solicitara que libertasse Hani de quaisquer tarefas no ANC, a fim de que se dedicasse em exclusivo à actividade partidária comunista.

A questão parece, pois, permanecer em aberto, como aliás toda a problemática dos complicados laços entre o movimento liderado por Nelson Mandela e os comunistas, que na África do Sul mantêm uma força política que têm vindo a perder em muitos outros países.

Durante uma conferência de Imprensa dada no fim dos trabalhos de Tohoyandou, Chris Hani pediu aos sectores «democráticos» das Forças Armadas sul-africanas que negociem com a «Lança da Nação», a fim de melhor «isolar» os elementos mais conservadores nelas existentes.

O perigo existente para o ANC e para o Partido Nacional é que alguns militares de tendência conservadora possam ajudar a extrema-direita sul-africana a tentar por todos os meios conservar alguns dos privilégios de que a comunidade branca da África do Sul até há pouco gozava.

Ainda na sexta-feira cerca de 2 mil extremistas brancos tentaram impedir o Presidente Frederik de Klerk de fazer um discurso na localidade de Ventersdorp, província do Transvaal. Enfrentaram a polícia e três deles morreram no confronto.

A organização neo-nazi Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) jurou vingar a morte dos seus militantes e chamou ao Presidente da República «o carniceiro de Ventersdorp», o que faz temer o pior.

É perante semelhante ameaça extremista que tendem agora a unir-se as forças sul-africanas mais inclinadas à moderação e ao compromisso, independentemente de serem brancas ou negras. E assim se deverá formalizar, dentro de meses, o diálogo entre o Partido Nacional e o ANC, principais protagonistas da mudança. ■

AFRIQUE DU SUD

L'idée fixe de Mandela

L'EXPRESS
16 AOÛT 1991

*Le « zoulougate », bonne occasion
d'exiger un gouvernement multiracial.*

S'appuyer sur les faiblesses du dispositif adverse pour renforcer ses propres positions. Durant de longues années passées en prison, Nelson Mandela a eu le temps de lire Clausewitz. Il en applique aujourd'hui les préceptes. Le leader révolutionnaire noir n'a pas traîné pour mettre à profit la perte de crédibilité frappant les autorités sud-africaines après les révélations d'un « zoulougate ». Le financement occulte du parti zoulou Inkatha, pour un montant de 11 millions de francs, prouve la « duplicité » du pouvoir blanc. Il faut donc le changer. Et installer au plus vite le gouvernement intérimaire multiracial que l'ANC appelle de ses vœux.

Nelson Mandela feint de ne pas être entièrement satisfait de la sanction — rétrogradation — appliquée aux deux ministres ayant versé des fonds au parti rival de Mangosuthu Buthelezi. Et, du Brésil, où il achevait, la semaine dernière, une tournée sud-américaine, il a lancé un ultimatum au président de la République d'Afrique du Sud : un gouvernement représentatif maintenant ou nous cessons toute discussion. Une exigence qui risque de bouleverser les plans de Frederik de Klerk, alors que doit se réunir dans les prochaines semaines la conférence multipartis chargée de la mise au point de la future Constitution sud-africaine. Le pouvoir de Pretoria comptait bien utiliser ce forum pour faire alliance avec les partis noirs modérés, tel l'Inkatha, et isoler l'ANC marxiste. Ce sont les Blancs, ultraminoritaires, qui se trouveraient alors très seuls dans un gouvernement multiracial.

Suprême habileté ou impérieuse nécessité ? Nelson Mandela commence également à faire le ménage chez lui. Son épouse, Winnie, a été remplacée comme responsable de la santé, de l'action sociale et des ressources humaines du comité de travail de l'ANC. Et Chris Hani, responsable de la branche armée du Congrès national africain, a été remis à la disposition du Parti communiste. **J.-F. L. ■**